



PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças

RELATÓRIO DE GESTÃO

2006

Natal - RN
Abril/2007



Prefeito da Cidade do Natal

Carlos Eduardo Nunes Alves

Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças

Maria Virgínia Ferreira Lopes

Secretária Adjunta de Orçamento, Finanças e Gestão Participativa

Adamires França

Secretário Adjunto Instrumental

Manoel Júnior Souto de Souza

Equipe técnica

Assessora Técnica

Glenda Dantas Ferreira

Chefe de Gabinete

Sandra Regina F. Pequeno

Chefe do Departamento de Planejamento Participativo

Luiz Wilson Villar Ramalho Cavalcante

Chefe do Departamento de Participação Popular

Haroldo Gomes da Silva

Chefe do Departamento de Estudos e Pesquisas

Arimá Viana Barroso

Chefe do Departamento de Informática

Carolina Maria da Silva Barbosa

Chefe do Departamento de Projetos Especiais

Francisco Maximiano Bezerra

Chefe do Departamento de Geoprocessamento

Juliano Márcio Pires de Souza

Chefe do Departamento de Orçamento

Maria da Penha C. Vasconcelos

Chefe do Departamento de Finanças

Maria do Socorro de Oliveira

Chefe do Departamento de Assessoria Jurídica

Mozart de Albuquerque Neto

Sumário

Apresentação

O presente relatório é fruto de um esforço coletivo empreendido durante o ano de 2006 por todos os departamentos e setores da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEMPLA) da Prefeitura do Natal. Expõe o resultado de um processo que buscou a interação dos profissionais envolvidos para o alcance de um único objetivo: *construir uma cidade melhor para todos*.

Dando continuidade ao trabalho realizado no ano de 2005, a SEMPLA procurou os alicerces para concretizar suas ações em princípios éticos, responsáveis e atentos aos anseios, desejos e necessidades da população natalense. Nesse sentido, a busca pelo desenvolvimento sustentável e pelo estabelecimento de uma cidade saudável sempre foi o mote do trabalho desta Secretaria.

Assim, evidenciamos que um dos requisitos fundamentais para a construção dessa cidade melhor para todos é, sem dúvida, a integração. Pensada como objetivo e utilizada como metodologia, tal integração pretendeu, durante o ano que se passou, oportunizar uma maior eficiência na gestão da máquina pública em prol de um projeto político-administrativo que vê o cidadão como parceiro e agente do desenvolvimento da cidade. Portanto, a integração se deu não somente no âmbito interno da SEMPLA e da Prefeitura, mas também, e principalmente, no externo, quando aglutinou sinergias junto aos natalenses.

Deste modo, essa dinâmica não será meramente descartada com o encerramento de 2006. Antes, será melhorada através de aprendizados construídos social e historicamente, em busca do aperfeiçoamento da arte de governar. Não mais beneficiando uma parcela reduzida da sociedade, mas em prol da modernização nos procedimentos administrativos, da redefinição do planejamento e da democratização da gestão pública.

A partir disso, o presente relatório sistematiza as principais atividades desenvolvidas pela SEMPLA durante o ano de 2006, destacando a atuação de seus departamentos e setores, em articulação direta com os demais órgãos da Prefeitura Municipal do Natal e em parceria com diversas instituições públicas e de representação da sociedade civil.

Maria Virgínia Ferreira Lopes
Secretária Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças

Introdução

Num contexto de grandes transformações mundiais, a administração pública da cidade do Natal atua na construção de uma realidade mais saudável e com melhor qualidade de vida para os cidadãos natalenses. Na busca incessante por uma sociedade mais justa e democrática, a Prefeitura do Natal vem, através de seus vários órgãos, particularmente de sua Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEMPLA), apostando no aperfeiçoamento de um modelo de gestão inteiramente calcado numa prática transparente e participativa.

Fazendo uso de experiências históricas, como a da administração de Djalma Maranhão, Prefeito de Natal que inovou na maneira de governar a cidade, a SEMPLA, desde o início da segunda gestão do Prefeito Carlos Eduardo Nunes Alves (em 2005), vem pondo em prática uma linha básica de atuação: a ampliação dos espaços públicos voltados para o fortalecimento da democracia e da participação popular, bem como a garantia dos direitos sociais e da inclusão daqueles que historicamente foram excluídos dos benefícios do desenvolvimento.

Desta maneira, planejar a cidade, conhecê-la em suas particularidades, é um desafio constante, ao mesmo tempo em que estimula a luta pela transformação dos problemas que afligem a população natalense, em sua grande maioria ainda carente de condições dignas de sobrevivência. O trabalho da SEMPLA, na qualidade de órgão de assessoramento técnico da Prefeitura Municipal do Natal, comunga de uma filosofia e de princípios que a tornam uma instituição incansável nesse processo transformador.

Para tanto, algumas iniciativas continuam compondo a vanguarda do trabalho da SEMPLA no enfrentamento das questões mais complexas e problemáticas da cidade. O **Orçamento Participativo**, por exemplo, traduz uma batalha histórica das administrações populares para a garantia da participação da sociedade civil na decisão sobre a aplicação dos recursos públicos. Em Natal, conseguiu-se um engajamento considerável da população na construção de seu ciclo orçamentário.

O papel de seus Conselhos Consultivos e/ou Deliberativos também merece destaque. A partir da atuação de diversas instituições públicas, privadas e sociais, o Conselho Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente (**COMPLAM**), o Conselho Municipal de Saneamento Básico (**COMSAB**) e o Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia (**COMCIT**) oportunizam momentos em que decisões são tomadas em conjunto, o que possibilita levar em consideração as diversidades e as várias visões existentes sobre as questões da cidade.

Pari passu a consolidação de seus mecanismos de participação, a SEMPLA também tem empreendido esforços no sentido de planejar e executar ações integradas para a construção de propostas (programas e projetos) voltadas à superação dos problemas urbanos de Natal, priorizando a interdisciplinaridade, a modernização da gestão municipal e o desenvolvimento econômico e social da cidade.

Para tanto, estão sendo construídos, em articulação com os demais órgãos da Prefeitura, o **Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Natal – Natal do Futuro**, em fase conclusiva; o **Programa de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário – PRODEC**, em parceria com a CAIXA e em fase de análise; o **Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários para as Comunidades Leningrado, Fio e Alemão**, concluída a elaboração e em fase de negociação para a execução; o projeto **África Viva**, concluída a elaboração e em fase de execução; o **Plano de Desenvolvimento da Ribeira**, concluída a elaboração e em fase de execução; e o **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Natal – NATAL METRÓPOLE/2020**, em fase de elaboração; dentre outros.

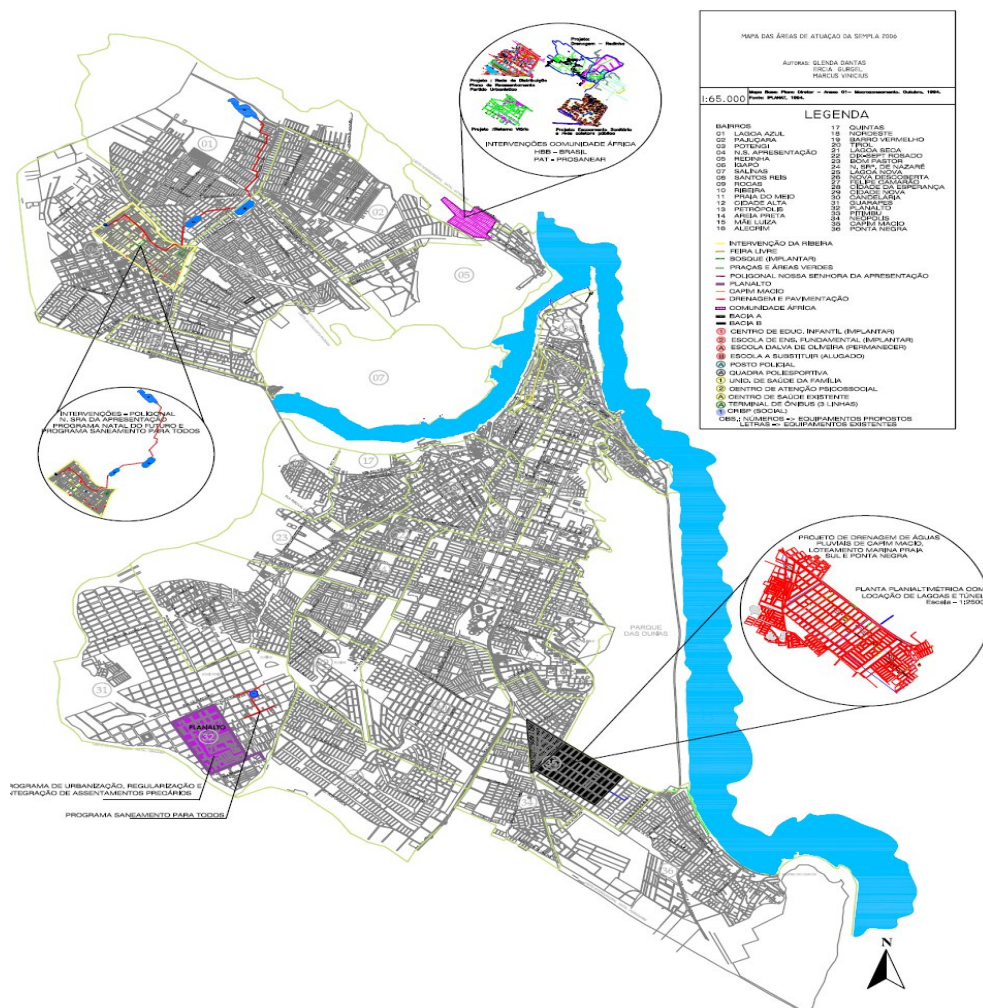
Assim sendo, a SEMPLA continua sua luta e esforço pelo fortalecimento e consolidação da participação popular e da valorização do planejamento a curto, médio e longo prazos como estratégias de garantia dos direitos sociais dos cidadãos natalenses. Almejando a mudança na administração pública para o encaminhamento das questões relativas à melhoria da qualidade de vida na cidade, bem como uma intervenção pública transparente, democrática e participativa, tais estratégias são percorridas pela SEMPLA como diretrizes de um processo de desenvolvimento sustentável, com equidade, inclusão e justiça social.

1. Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Os programas e projetos que contaram com a colaboração da SEMPLA em 2006 foram os seguintes:

- ◆ *Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Natal – Natal do Futuro*, em fase conclusiva, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- ◆ *Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Natal – Natal Metrópole 2020*, em fase de elaboração;
- ◆ *Projetos África Viva*;
- ◆ *Reabilitação da Ribeira*;
- ◆ *Programa de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário (PRODEC)*;
- ◆ *Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários para as Comunidades Leningrado, Fio e Alemão*.

O mapa abaixo ilustra espacialmente as áreas de atuação da SEMPLA em todo o município, seja na captação direta de recursos, seja como agente colaborador na elaboração de estudos e projetos.



1.1 Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Natal – Natal do Futuro

1.1.1 Apresentação

O planejamento é um processo que busca o equilíbrio entre meios e fins, entre recursos e objetivos, visando a melhoria do funcionamento de organizações e atividades humanas. O ato de planejar é sempre um processo: de reflexão que culmina com a tomada de decisão sobre a ação; de previsão de necessidades e racionalização de recursos humanos, técnicos e financeiros que culminam no alcance de objetivos em prazos determinados e etapas definidas.

O Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Natal – Natal do Futuro foi elaborado visando à superação de algumas deficiências comuns no interior da máquina pública. Nesse sentido, tentou-se promover, ao longo do processo de elaboração do Programa, uma maior integração dos órgãos municipais, reduzindo a duplicidade de ações, bem como induzindo o uso racional dos recursos públicos, o que tornará o Programa mais eficiente, efetivo e eficaz.

Nesse sentido, o processo de elaboração do Programa Natal do Futuro procurou promover uma maior articulação entre as diversas secretarias. Isso demonstra que a administração pública local vem buscando institucionalizar momentos e criar espaços propícios à prática de atividades e ações intersetoriais, a partir das quais estão sendo trilhados caminhos rumo à construção de uma **Cidade Saudável**. Assim, na elaboração do Programa Natal do Futuro foi dada ênfase às ações integradas, fortalecendo o espírito de equipe e dando um caráter de unicidade às ações da Prefeitura. Além disso, o compromisso e a atuação da administração local, não como agente centralizador, mas como parceiro da sociedade civil e mediador deste processo de intervenção comunitária, tornam-se fundamentais, tomando como parâmetro a perspectiva de um trabalho integrado, descentralizado e participativo¹.

O Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Natal – Natal do Futuro teve sua carta consulta apresentada em setembro de 2005. A elaboração do Programa é uma importante decisão política do Governo Municipal que objetiva elevar a qualidade de vida em setores socialmente mais vulneráveis da cidade, contribuindo assim para o combate à desigualdade intra-urbana, visando reduzir as desigualdades sócio-econômicas, e promover a construção de uma cidade saudável, tanto no aspecto ambiental quanto no econômico e social.

Para tanto, é preciso reverter o quadro sócio-espacial excludente que é, grosso modo, inibidor de um maior crescimento tanto econômico quanto social nas áreas mais pobres da cidade, assim como dinamizar setores ainda frágeis do ponto de vista infra-estrutural através de ações direcionadas à ampliação do acesso a serviços de natureza social, a equipamentos urbanos e a infra-estrutura urbana.

O Programa é, portanto, decorrente de demandas reais do Município do Natal, relacionadas ao saneamento básico, à urbanização integrada, à mobilidade urbana e à inclusão social, e por esse caráter não visa soluções pontuais. Constitui-se, dessa forma, em um instrumento de planejamento estratégico que busca gerar soluções integradas e estruturantes no combate à exclusão social, visando a promoção de ações incluídas na cidade do Natal, ao passo que preconiza a importância

¹ Para maiores detalhes ver Plano Plurianual 2006-2009 – PMN.

de mudanças cada vez maiores na cultura política da administração municipal e da população a ser beneficiada.

As ações constantes no Programa Natal do Futuro deverão ser capazes de gerar condições de ampliar e otimizar o acesso a serviços e equipamentos de saúde, educação, lazer e cultura; de gerar emprego e renda; de criar condições dignas de moradia, segurança, assistência social, saneamento básico, drenagem, pavimentação e transporte; e de fortalecer uma cultura política democrática e participativa.

Os projetos constantes no Programa Natal do Futuro, cuja implantação e implementação dar-se-á através de ações contendo objetivos, metas e custos, são respostas preliminares às demandas sociais e às deficiências infra-estruturais urbanas. Assim, pode-se dizer que o Programa foi construído a partir das seguintes estratégias:

- Adoção de técnicas de planejamento e de administração voltadas à resolução dos problemas urbanos de forma coletiva, intersetorial, democrática e participativa;
- Organização de processos de trabalho do poder público local que permitam implantar e implementar planos e projetos, buscando alcançar as metas constantes nas ações;
- Manutenção do equilíbrio fiscal-financeiro do Município;
- Adoção de políticas públicas que busquem a ampliação dos serviços sociais básicos e que evitem a exclusão social;
- Implantação de um conjunto de ações mais adequado para estimular os diversos setores de produção que gerem melhores políticas de trabalho, emprego e renda.

Em suma, o conjunto de políticas sociais e ações a serem ampliadas pelo Município do Natal no âmbito do Programa Natal do Futuro busca resolver problemas complexos de algumas áreas informais da cidade. O referido conjunto faz parte de esforços mais amplos da administração municipal na tentativa de reduzir e amenizar impactos negativos gerados pela informalidade de setores socialmente vulneráveis da cidade. Para tentar reduzir tais impactos, dada a natureza complexa e heterogênea dos mesmos, a Prefeitura do Natal considera imprescindível a execução de ações multisetoriais, coordenadas entre si, pois são ações dessa natureza que podem solucionar de forma mais eficiente problemas de carência ambiental e habitacional da população de baixa renda.

A escolha das áreas de intervenção dentro do Programa Natal do Futuro tomou, por sua vez, como referência as seguintes variáveis: as rendas dos chefes de domicílios, o acesso a serviços públicos (saúde, educação e assistência social) e a densidade de uso das moradias (número de pessoas por habitação). Somam-se a isso as condições de mobilidade e acessibilidade, e a estrutura do sistema de macro e microdrenagem e urbanismo (pavimentação, praças, canteiros).

1.1.2 Descrição do Programa

Objetivo Geral

Promover a redução das desigualdades sociais através de melhoria das condições urbanísticas, ambientais, sócio-econômicas e fundiárias da comunidade-alvo, possibilitando o acesso da população a equipamentos e serviços públicos, infra-estrutura urbana e geração de

emprego e renda, com vistas à inclusão social e produtiva e ao desenvolvimento sustentável das áreas de intervenção.

Objetivos Específicos

- Reforçar a infra-estrutura urbana necessária em termos de saneamento ambiental;
- Otimizar o desempenho de áreas urbanas através da ampliação e melhoria da oferta de serviços públicos e da sua distribuição espacial na região do Programa;
- Melhorar as condições de mobilidade e acessibilidade promovendo a integração da parte informal à parte formal da cidade;
- Estimular a participação da comunidade no planejamento e execução de obras de serviço público;
- Estabelecer mecanismos de controle ambiental e normas disciplinares de usos do solo.

1.1.3 Componentes do Programa

Melhoria de Bairro

O Programa Melhoria de Bairro (PMB) apresenta uma natureza multissetorial, e por essa razão a sua execução é complexa, se constituindo em um dos maiores desafios para o poder público. A execução do PMB exige um elevado grau de coordenação entre as intervenções físicas e sociais com as ações de desenvolvimento comunitário. Quanto à gestão, exige-se disponibilidade de pessoal com habilidades técnicas diversificadas (assistente social, engenheiro, arquiteto, sociólogo, urbanista, economista), e que o Programa seja operado em contextos institucionais bem estruturados. Por fim, a execução de obras em áreas densamente ocupadas exige que o poder público tenha boas relações com a comunidade, afim de que esta possa atuar participativamente naquelas ações que a afetam diretamente.

Com o componente Melhoria de Bairro – Poligonal de Urbanização Integrada - Nossa Senhora da Apresentação, objetiva-se:

- Promover a estruturação do Bairro, a melhoria do desempenho de suas funções urbanas e a orientação do seu desenvolvimento;
- Implantar infra-estrutura urbana para mitigar os riscos ambientais, permitir a requalificação do espaço urbano e melhorar as condições de vida da população residente;
- Ampliar a oferta de serviços públicos e mobiliário urbano;
- Promover ações de inclusão social e produtiva;
- Fortalecer as condições de integração dos atores urbanos;

- Executar ações de desenvolvimento comunitário e regularização fundiária.

Apoio a Políticas Setoriais

Tomando como base o aspecto sócio-econômico da população, pode-se agrupar a cidade em duas grandes áreas. A primeira é composta pelas Regiões Leste e Sul, que apresentam renda familiar média superior a 3 salários mínimos, e apenas uma parte da população demanda serviços e equipamentos sociais de saúde, educação e assistência social. A segunda grande área é formada pelas Regiões Norte e Oeste, sendo que ambas apresentam graves problemas tais como: i) disfunções urbanas (problemas de mobilidade e acessibilidade e inadequação ambiental – alagamentos em pontos específicos); ii) bolsões de pobreza; iii) oferta de áreas para expansão para famílias de baixa renda; iv) alta densidade populacional (Região Norte: bairro de Nossa Senhora da Apresentação); v) crescimento desordenado e acelerado; vi) loteamentos clandestinos (irregulares); e vii) ocupação de áreas de risco e de proteção ambiental (dunas, lagoas, etc.).

A situação descrita acima, demonstra o quanto é grande a demanda por atendimentos nessas Regiões, o que tem dificultado a prestação de serviços públicos e a oferta de equipamentos sociais urbanos de educação, saúde e assistência social pela Prefeitura Municipal do Natal devido, principalmente, a restrições orçamentário-financeiras. Apesar disso, é política do Município construir equipamentos urbanos na periferia, junto às populações de maior carência, a partir da descentralização da oferta de equipamentos e serviços públicos, como forma de melhorar a qualidade do atendimento e a quantidade de pessoas atendidas pelas políticas setoriais do Município.

Com o componente Apoio a Políticas Setoriais, busca-se:

- Melhorar as condições de acesso da população à educação;
- Otimizar e ampliar o atendimento à saúde da população, especificamente às necessidades materno-infantil e serviços extra-hospitalares;
- Ampliar, reestruturar, otimizar e descentralizar os serviços da Rede de Proteção Social Básica e Especial;
- Implantar equipamentos de apoio ao desenvolvimento sócio-esportivo das crianças, dos adolescentes e da população em geral.

Saneamento Urbano

O objetivo geral deste componente é promover a requalificação ambiental através da implantação de infra-estrutura urbana, em especial as destinadas a mitigar os riscos ambientais.

Com as ações do componente Saneamento Urbano, objetiva-se:

- Promover a requalificação do espaço urbano;
- Garantir melhores condições sanitárias locais através da implantação de saneamento básico em paralelo às obras de pavimentação e drenagem;

- Melhorar a qualidade da oferta de serviços urbanos;
- Otimizar as condições de mobilidade e acessibilidade;
- Garantir adequada recarga do aquífero;
- Dinamizar a economia local por meio de investimentos nos setores de turismo e imobiliário.

Com relação à drenagem urbana os problemas mais graves são aqueles provocados pela ocupação de áreas alagadiças e pela deficiência da macro e da microdrenagem. No município identificam-se duas áreas onde as inundações são mais graves:

- Região Norte: parte do bairro de Nossa Senhora da Apresentação – onde se localizam duas lagoas naturais de retenção de águas pluviais, com área ocupada de forma desordenada, e onde a inexistência de sistema de macro e microdrenagem leva à inundação de parte das residências e demais instalações do entorno;
- Região Sul – no bairro Capim Macio, bairro de classe média, próximo à Ponta Negra (onde ocorre a principal concentração das atividades turísticas na cidade do Natal), causando alagamentos e graves problemas de erosão nas vias públicas e terrenos desocupados, dificultando a mobilidade e o desenvolvimento do bairro.

Nos bairros de Nossa Senhora da Apresentação e Capim Macio verifica-se, por exemplo, que os problemas derivados da ausência de um adequado sistema de drenagem vêm comprometendo a qualidade de vida da população e gerando prejuízos financeiros, pois esta passa a ter que conviver nos períodos de grande incidência de chuvas com problemas de mobilidade, acessibilidade, precária oferta de serviços públicos (correios, coleta de lixo, ambulância, etc.), casas invadidas pelas águas, riscos à saúde, em particular com o aumento das doenças de veiculação hídrica.

Para enfrentar esse problema, a Prefeitura Municipal iniciou a implantação de um projeto de interligação das áreas alagáveis na Região Norte por meio de macrodrenagem e construção de bacias de retenção. Esse projeto tem como objetivo a eliminação dos riscos de alagamento de vias e de residências, proporcionando significativa melhoria na qualidade de vida. Além disso, a Prefeitura encontra-se em fase de elaboração de um projeto de drenagem para o bairro de Capim Macio.

Estudos e Projetos

Serão desenvolvidos estudos e projetos necessários à preparação do Programa, bem como os Planos Diretores de Transporte e Trânsito Urbano e o de Drenagem.

Supervisão, Fiscalização e Administração

O objetivo geral deste Componente é assegurar que as ações do Programa sejam desenvolvidas na forma estabelecida no Contrato de Empréstimo a ser celebrado com o órgão financiador e nos respectivos Planos Operativos Anuais. Este Componente corresponde, portanto, ao financiamento da administração geral e ao apoio à execução do Programa Natal do Futuro, o que inclui a Unidade de Gerenciamento do Programa, os sistemas necessários para a supervisão e a

gestão da execução desse empreendimento, as auditorias contábeis e financeiras e as avaliações. Contemplará, também, a contratação de consultores e/ou empresa de consultoria especializada para apoiar o seu gerenciamento.

No Quadro 1 encontra-se um resumo dos projetos e atividades por componente e objetivo.

Quadro 1: Programa Natal do Futuro: Atividades e Projetos Elegíveis por Componente

Componentes/ Objetivo	Projetos/ Atividades elegíveis
Melhoria de Bairro – atender às necessidades de equipamentos sociais urbanos e infraestrutura de pessoas que residem em áreas que apresentam graves disfunções urbanas, com a execução de ações integradas.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Equipamentos sociais urbanos (quadras esportivas e centro comunitário). 2. Obras de infra-estrutura física (esgotamento sanitário, pavimentação e microdrenagem – prevenção de inundações). 3. Praças, canteiros. 4. Regularização fundiária. 5. Participação Comunitária.
Apoio a Políticas Setoriais – ampliar e melhorar a qualidade da oferta de serviços de saúde, educação e assistência social, fortalecendo a capacidade gestora do município nesses setores, com atenção especial para o capital humano. Promover ações de inclusão social e produtiva.	Educação:
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Escolas de Ensino Fundamental. 2. Centro de Educação Infantil.
	Saúde:
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Unidades de saúde e de serviços especializados (rede básica e complexa).
	Assistência Social:
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Centros de Referência de Inclusão Social e Produtiva.
Saneamento Urbano – Implantar infraestrutura urbana, em especial as destinadas a mitigar os riscos ambientais.	<ol style="list-style-type: none"> 1 – Macrodrenagem 2 – Interconexão de Lagoas 3 – Microdrenagem 4 – Pavimentação 5 – Esgotamento Sanitário

1.1.4 Atividades Desenvolvidas no Programa Natal do Futuro

1. Relatório de Projeto

Documento síntese que condensa as principais informações sobre o Programa Natal do Futuro;

2. Plano de Regularização Fundiária

Apresenta a estratégia de atuação do Município do Natal no que tange às ações de regularização fundiária a serem executadas na Comunidade Aliança, Bairro de Nossa Senhora da Apresentação, situado na Região Administrativa Norte do Município.

3. Plano de Remanejamento de Famílias e Atividades Econômicas

Apresenta a estratégia de Remanejamento para as unidades habitacionais que serão afetadas pelo Projeto de Macrodrenagem do Programa Natal do Futuro;

4. Projeto de Participação Comunitária (PPC)

Detalha a estratégia de participação comunitária a ser executada na Comunidade Aliança. O PPC é um instrumento que orienta ao mesmo tempo em que procura garantir a participação comunitária dos beneficiários do Programa Natal do Futuro. Isso se dá a partir da implementação de mecanismos de envolvimento dos moradores com a realização dos projetos executivos integrados, assegurando uma intervenção transparente e democrática que possibilite aos mesmos discutirem suas carências, demandas e anseios de tal forma que as melhorias urbanas propostas, dentro das possibilidades técnicas e econômicas existentes, atendam às suas expectativas e prioridades.

5. Partido Urbanístico

Este documento constitui a Proposta do Partido Urbanístico – Melhoria de Bairro do Programa Natal do Futuro, a ser desenvolvido no Bairro Nossa Senhora da Apresentação, no Município de Natal-RN. A concepção e estruturação deste plano foi orientada a partir dos resultados apontados nos estudos preliminares sobre a realidade local, buscando responder de maneira objetiva às necessidades da comunidade quanto a infraestrutura, mobilidade, acessibilidade e aos equipamentos sociais e urbanos.

O trabalho está dividido em 3 (três) partes: 1- Diagnóstico geral contemplando aspectos ambientais, sociais, econômicos e urbanísticos da área; 2- Definição das diretrizes baseadas no diagnóstico e nos objetivos do Programa; 3- Apresentação dos projetos propostos.

6. Guia Operativo do Melhoria de Bairro

Documento síntese que condensa as informações relativas aos critérios de hierarquização, priorização e execução dos projetos, metodologias de participação comunitária e regularização fundiária, aspectos institucionais do componente Melhoria de Bairro.

7. Desenvolvimento Institucional

Documentos relativos aos aspectos institucionais do Programa Natal do Futuro.

8. Diagnóstico Sócio-Econômico da Comunidade Aliança – Nossa Senhora da Apresentação

Documento que contém o diagnóstico sócio-econômico da Comunidade Aliança, resultante de pesquisa censitária, análise documental e dados secundários.

9. Plano de Aquisições

Cronograma físico-financeiro dos produtos e serviços a serem adquiridos para a execução do Programa Natal do Futuro.

10. Relatório de Avaliação Ambiental (RAA)

O objetivo do RAA é apoiar a “ambientalização” do Programa como um todo, contribuindo na melhoria da qualidade sócio-ambiental do Município do Natal e, assim, dar sustentabilidade e sucesso ao Programa. Também constitui objetivo do RAA identificar os impactos gerados pelas intervenções do Programa (atividades, ações ou obras), sejam eles positivos ou negativos, apontando medidas que anulem, mitiguem ou compensem os mesmos. Nessas condições o objetivo geral é a realização da Avaliação Ambiental Estratégica do Programa (com ênfase à integração dos seus Componentes Setoriais);

11. Relatório Ambiental Simplificado (RAS)

Este documento contém a avaliação do impacto ambiental do projeto de drenagem da Zona Norte.

Projetos executivos elaborados

- ♣ Projeto de Macrodrenagem da Zona Norte;
- ♣ Projeto de Microdrenagem, Esgotamento Sanitário e Pavimentação – Poligonal/ Bairro de N. Senhora da Apresentação;
- ♣ Projeto de Escolas de Ensino Fundamental e Centros de Educação Infantil – Bairro de N. Senhora da Apresentação;
- ♣ Projeto do Centro de Inclusão Social e Produtiva – Bairro de N. Senhora da Apresentação;
- ♣ Projeto de Quadras Poliesportivas - Bairro de N. Senhora da Apresentação;
- ♣ Projeto de Praças e Áreas Verdes - Bairro de N. Senhora da Apresentação;
- ♣ Projetos de Unidades de Saúde da Família e Centro de Atenção Psicossocial - Bairro de N. Senhora da Apresentação.

1.1.5 Impactos e Benefícios Esperados em Decorrência do Programa

Benefícios Esperados

Os benefícios associados ao **Programa Natal do Futuro** são amplos e de natureza distinta em função de seus múltiplos componentes.

No Componente **Melhoria de Bairro**, os principais benefícios estão relacionados a: 1) melhoria de indicadores de saúde da população residente, com a queda de índices de contaminação das águas pluviais; registro e internação hospitalar de doenças de veiculação hídrica; 2) proteção e recuperação do meio ambiente antes degradado e/ou ameaçado, controle de erosão, redução de passivos ambientais, implantação de espaços para atividades lúdicas por parte da população (praças e áreas verdes); 3) maior acessibilidade aos bens e serviços públicos, como infra-estrutura, educação e saúde; 4) geração de emprego e renda; 5) inclusão social e produtiva; 6) ampliação da cidadania; 7) redução de gastos individuais e públicos com a área de saúde; 8) melhoria da competitividade e aumento da produção e dos níveis de emprego da área-programa; 9) possibilidade de articular melhor a oferta de serviços públicos de educação e saúde pelo município, dentre outros.

A construção da rede de drenagem permitirá a interligação e escoamento de águas pluviais entre as áreas inundáveis, possibilitando a implantação de sua infra-estrutura urbana, fato que propiciará inúmeros benefícios para a população do bairro de Nossa Senhora da Apresentação, como a ampliação da oferta de serviços de transportes coletivos, coleta de lixo, melhoria no atendimento à saúde, educação e outros.

Com a construção de dois Centros de Educação Infantil serão oferecidas 842 vagas. Considerando as outras duas unidades a serem implementadas no bairro Planalto, o Município ampliará a sua capacidade de atendimento em 10,09%.

No Componente **Apoio a Políticas Setoriais**, destacam-se os benefícios em Educação e Assistência Social. Com a construção de 4 novos prédios, a Secretaria Municipal de Educação (SME) ampliará seu atendimento no Ensino Fundamental do 1º ao 9º Ano em 3.360 vagas (novas ou remanejamento das vagas atualmente em funcionamento em prédios inadequados), o que representará um incremento de aproximadamente 10% contribuindo para o alcance da meta de 100%. Já na Educação de Jovens e Adultos-EJA, serão geradas 1.920 vagas, correspondendo a um aumento de cerca de 19%.

Com a implementação do Programa de Desenvolvimento Urbano, Integrado e da Inclusão Social – Natal do Futuro, será possível potencializar as áreas de maior vulnerabilidade e risco social das Regiões Administrativas Norte e Oeste, particularmente os Bairros de Nossa Senhora da Apresentação e Planalto, cujos indicadores sociais representam fortes potenciais ao agravamento da questão social.

A proposta da Assistência Social junto ao Natal do Futuro de implantação dos Centros de Referência de Inclusão Social e Produtiva (CRISP's) permitirá a integração de todas as ações da Secretaria Municipal do Trabalho e de Assistência Social (SEMTAS) num mesmo espaço físico, levando às famílias residentes nessas áreas serviços, ações e projetos de inclusão social e produtiva, de modo a ampliar a Rede de Proteção Social Existente com impacto social, econômico e ambiental. Com a implantação dos CRISP's pretende-se elevar a condição de vida de aproximadamente 10.000 famílias referenciadas residentes nos bairros de intervenção do programa ou no seu entorno.

No Componente **Saneamento Urbano**, os principais benefícios esperados são: 1) recuperação de áreas degradadas e requalificação de espaço urbano; 2) redução dos impactos ambientais com a queda dos níveis de emissão de poluentes provenientes de congestionamentos; 3) estímulo aos setores produtivos da região; 4) melhoria das condições de mobilidade e acessibilidade; 5) otimização da oferta de serviços urbanos.

Quanto ao ônus que, por ventura, poderá advir da implementação do Programa, este concerne basicamente nos efeitos indesejáveis decorrentes da valorização imobiliária, consequência imediata e inevitável dos investimentos públicos, e do estabelecimento de cobrança de tarifas pela prestação dos serviços públicos. Contudo, espera-se que o aumento do gasto familiar com impostos e tarifas públicas possa ser minimizado em função da elevação da renda e do nível de emprego. Durante a implementação das ações previstas no Programa (obras), a população será afetada diretamente em função dos desvios de tráfegos.

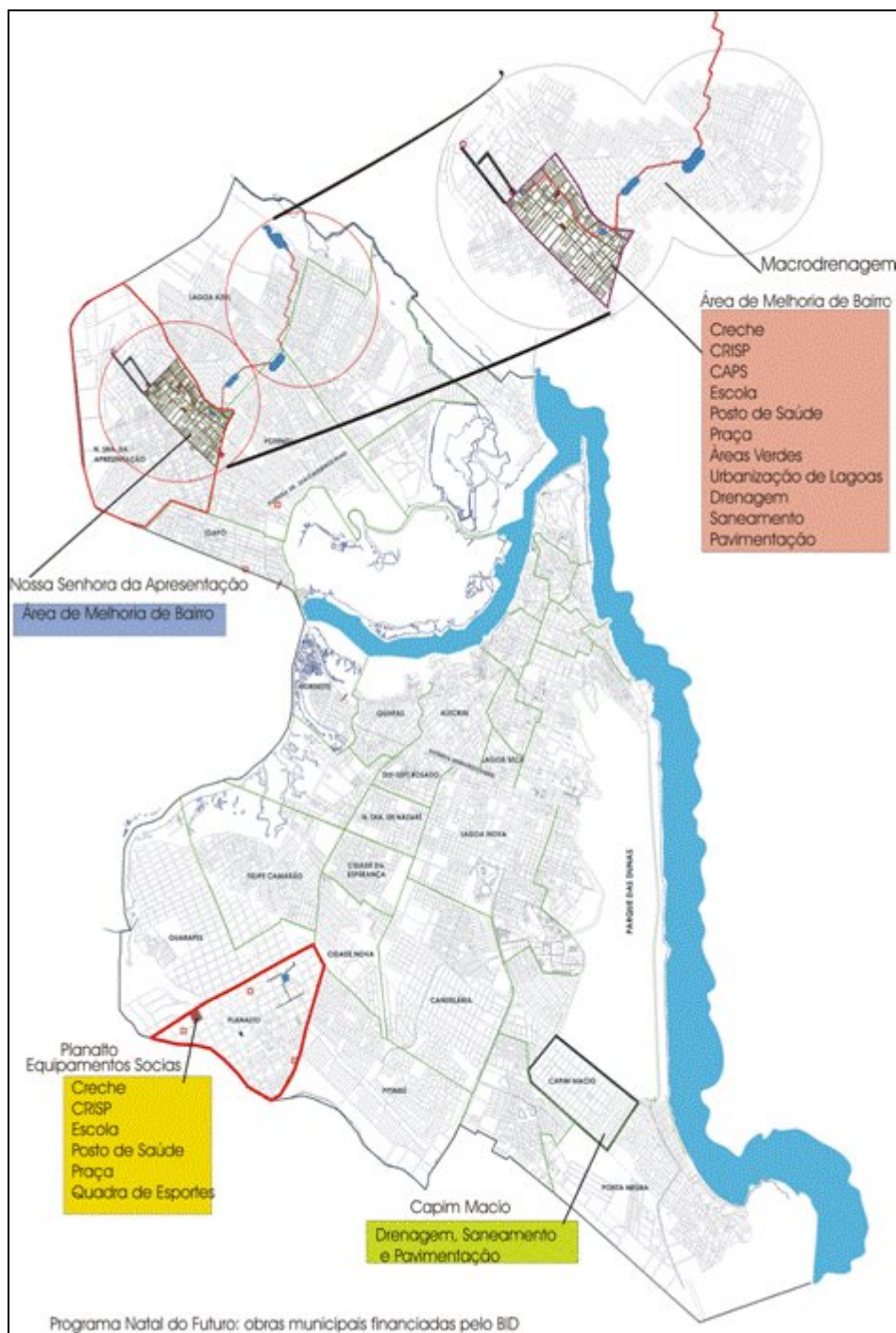
Impacto Ambiental

Os impactos ambientais previstos com a implementação do Programa serão altamente positivos. Com relação ao Componente Melhoria de Bairro, as ações previstas têm como objetivo estancar o processo de deterioração do espaço urbano e qualidade ambiental, eliminando processos erosivos e de desmatamento verificados, além de promover a recuperação ambiental de várias áreas hoje degradadas e/ou inundáveis. Da mesma forma, as obras de drenagem pluvial e de pavimentação, somadas às ações de limpeza das bacias de decantação e ao serviço de coleta adequada do lixo domiciliar, contribuirão sobremaneira para prevenir enchentes e reduzir os índices de poluição hídrica.

No tocante às ações de mobilidade, tendo em vista que um dos seus objetivos é o de induzir a substituição dos veículos individuais pelos coletivos, provavelmente ocorrerá menor emissão de poluentes atmosféricos, como, por exemplo, hidrocarbonetos e monóxido de carbono, que são maiores no caso de automóveis particulares que no de ônibus urbanos. Logo se espera que tal mudança certamente provoque um impacto ambiental positivo, não só quanto à melhoria da qualidade do ar, como também na redução da poluição sonora relacionada aos frequentes congestionamentos de veículos.

Como a área de atuação prevista para o Programa Natal do Futuro é totalmente urbana, não há ações que afetam populações indígenas ou unidades de conservação. Também não afetará áreas de proteção de mananciais ou de patrimônio histórico, cultural, paisagístico e arqueológico.

Como pode ser observado, o Programa Natal do Futuro, em si, se caracteriza por ações que visam à recuperação e à preservação ambiental das áreas objeto de intervenção do Programa. Os impactos ambientais negativos decorrentes dessas ações se concentrarão na fase de implantação das obras, entretanto, os benefícios que proporcionarão ao meio ambiente, durante toda a vida útil das instalações, serão muito superiores ao ônus.



1.2 Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Natal – Natal MetrÓpole 2020

1.2.1 Apresentação

Desde 2005, a Prefeitura do Natal através da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças – SEMPLA, vem realizando esforços a fim de promover uma maior integração dos municípios da Região Metropolitana de Natal (RMN). Para tanto, realizou reuniões com prefeitos e secretários municipais de planejamento, nas quais foram discutidas estratégias de

intervenção integrada com o objetivo de solucionar problemas comuns a vários municípios, em específico nos seguintes setores: transporte, segurança, meio ambiente e saúde. A solução dos referidos problemas passava, em alguma medida, pela elaboração de um Plano Estratégico de Desenvolvimento da RMN, o qual identificaria as principais problemáticas, bem como apontaria as formas de gestão.

Ao longo de 2006, os trabalhos avançaram e o Governo do Estado do Rio Grande do Norte passou a apoiar essa iniciativa das prefeituras, por considerá-la extremamente relevante para o desenvolvimento sócio-econômico e político-institucional metropolitano. Este, através da Secretaria Estadual do Planejamento e das Finanças, contratou a Professora Tânia Bacelar para a elaboração do Plano. Uma proposta inicial foi apresentada pela professora ainda em junho, mas os trabalhos foram efetivamente iniciados em agosto.

Foi nomeado pela Resolução Nº. 001, de 03 de Agosto de 2006, o Comitê de Acompanhamento da Elaboração do **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Natal: Natal MetrÓpole 2020**. O Comitê é órgão colegiado, de caráter consultivo e deliberativo, vinculado ao Conselho de Desenvolvimento Metropolitano de Natal - CDMN, instituído pela Lei Complementar nº 152 de 16 de janeiro de 1997. São finalidades do Comitê: acompanhar o processo técnico e político relacionado à elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Natal, considerando tendências do contexto mundial, nacional, estadual e seus reflexos na dinâmica metropolitana; considerar estudos e planos já elaborados e atuar seletivamente no enfrentamento dos problemas e aproveitamento de potencialidades de modo a construir-se progressivamente a situação desejada; e indicar a necessidade e acompanhar a realização de estudos, debatendo as prioridades, objetivos, metas, benefícios, custos e riscos sociais, ambientais e financeiros das ações e projetos estratégicos, em suas distintas dimensões.

O Comitê é integrado por 34 membros representantes da sociedade civil organizada, de órgãos da administração federal e estadual, universidades, casas legislativas e prefeituras da Região Metropolitana de Natal. Além disso, possui duas instâncias: o pleno e a comissão executiva. Esta foi eleita tendo por objetivo coordenar e organizar o funcionamento do Comitê de Acompanhamento, sendo integrada pelos seguintes membros: Presidente: Albert Josué Neto (Caixa Econômica Federal); Vice-Presidente: Glenda Dantas Ferreira (Prefeitura do Natal) e Secretário Geral: Christian Lira de Vasconcelos (Grupo Técnico da Região Metropolitana – SEPLAN / FUNDEP).

1.2.2 Estruturação do Plano

1.2.2.1 Concepções Norteadoras

- i. **Concepção de Planejamento** – processo a um só tempo **técnico e político**, vez que requer o uso de conceitos, metodologias e instrumentos adequados (processo técnico) e implica na tomada de decisões consistentes e amplamente discutidas, inclusive com a sociedade nacional, regional e local (processo político);
- ii. **Conceito de Plano Estratégico** – instrumento resultante de escolhas coletivas e legítimas de uma sociedade acerca de seu futuro. Instrumento capaz de revelar os principais consensos e os mais relevantes conflitos, explicitando-os para que possam ser tratados pelas instâncias políticas adequadas;

- iii. **Conceito de Desenvolvimento Sustentável** – procura abordar as diversas dimensões do desenvolvimento e a compatibilizar o crescimento econômico com a inclusão social e o respeito à natureza;
- iv. **Concepção de Metrópole** – as metrópoles são grandes cidades, e as cidades não devem ser “máquinas de crescimento excludente”, mas *locus* privilegiado de uma sociabilidade cidadã. Não são as cidades que competem – como se difundiu recentemente -, *quem competem são as empresas*, afirma Michel Porter. Logo, a cidade que atrai investidores precisa ser, antes de tudo, um lugar agradável para os que nela vivem. São seus atributos positivos e a qualidade da vida urbana que atraem visitantes (importante para uma cidade onde o turismo vem se expandindo muito) e investidores. Assim as condições de habitabilidade, a valorização dos espaços públicos de convivência, desenvolvimento da vida cultural e as preocupações com um futuro que assegure a sustentabilidade ambiental e social dessa metrópole brasileira são eixos relevantes que devem nortear os debates do Plano.

1.2.2.2 A Metrópole Natalense: objeto do planejamento

- Metrópole de **porte médio** para os padrões brasileiros, em expansão e modernização acelerada desde as duas últimas décadas;
- Inclui **nove municípios** (pela Lei Complementar n. 152, de janeiro de 1997 e Lei Complementar 221/ 2002, que determinou a inclusão de mais dois municípios): Natal, Parnamirim, Extremoz, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Ceará-Mirim, Nísia Floresta, São José do Mipibú, e Monte Alegre, incluído em 2006 (os quatro últimos não têm fronteira com Natal);
- A metrópole tem **área total** de 2.522,8 km², da qual Natal ocupa apenas 6,7%, mas tem 70% da população e gera 72% do ICMS regional;
- A **heterogeneidade do tecido urbano** é uma de suas marcas principais, pois só no município-mãe, Natal, a “cidade dos pobres” concentra cerca de metade da população e a “dos ricos” cerca de 25% dos residentes. Essa heterogeneidade torna ainda mais complexa a tarefa de construção de um Plano de desenvolvimento numa cidade segregada sócio-econômica e espacialmente.

1.2.2.3 Diretrizes para Orientar a Elaboração do Plano

O processo de elaboração do Plano deve:

- i. Considerar tendências do contexto mundial, nacional e estadual e os reflexos na dinâmica metropolitana;
- ii. Incorporar o exercício da cidadania como princípio básico, através da garantia de direitos territoriais e culturais e melhoria das condições de vida, incluindo-se o acesso a serviços públicos;
- iii. Perseguir a unidade metropolitana, tratando de forma integrada o espaço, as atividades e as interrelações urbanas e rurais;

- iv. Procurar despertar a consciência metropolitana;
- v. Adotar metodologia participativa e transparente, procurando contribuir para a consolidação de um fórum multipartite, com participação da sociedade civil organizada;
- vi. Ser seletivo no enfrentamento dos problemas e aproveitamento de potencialidades de modo a permitir a construção progressiva da situação desejada;
- vii. Considerar estudos e planos já elaborados;
- viii. Orientar suas propostas de ação para subsidiar as programações dos agentes que atuam na metrópole, com indicações das articulações necessárias com os órgãos executores públicos e o setor privado;
- ix. Buscar resultados capazes de nortear políticas urbanas metropolitanas, em consonância com preceitos nacionais e internacionais, a exemplo dos pactos firmados em torno do Pacto 21 e do Habitat II;
- x. Buscar, na análise e nas propostas, todo o território da região metropolitana de Natal, com foco especial na área urbana.

1.2.2.4 O Escopo do Plano

- a. Antecedentes: processo histórico de configuração da Metrópole e as transformações recentes.
- b. Um breve diagnóstico da situação atual da Metrópole: destacando os principais problemas e potencialidades existentes, em diversas dimensões da realidade (econômica, sócio-cultural, ambiental, físico-territorial, institucional).
- c. Uma visão geral do Contexto Externo: identificação das principais condicionantes do ambiente internacional, nacional e estadual em curso e as ameaças e oportunidades mais relevantes para a Metrópole.
- d. Cenários e Trajetória mais Provável: da expansão da mancha urbana (pelo crescimento demográfico), da expansão da base produtiva (localizada no espaço metropolitano), da expansão de equipamentos relevantes de prestação de serviços públicos (educacionais, de saúde, de assistência, de segurança, de cultura e lazer), da evolução da pressão antrópica sobre o ambiente natural.
- e. A Visão de Futuro: A Metrópole Desejada (Natal 2020).
- f. Macrodiretrizes do Ordenamento Territorial, na escala da metrópole – indicando os eixos principais de expansão da cidade e os equipamentos estruturadores e integradores. Tais Diretrizes orientariam a elaboração dos PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS que foram elaborados no ano de 2006, estimulados pelo Ministério das Cidades.
- g. Os Desafios centrais a enfrentar: priorizar os desafios comuns à Metrópole.
- h. Definição de Ações e Projetos Estratégicos a implementar em áreas diversas, sobretudo projetos :
 - que atinjam a mancha urbana mais densa atual e as áreas onde a expansão se dará mais fortemente no futuro próximo;

- que ajudem a enfrentar os **desafios comuns** aos diversos municípios da metrópole;
 - que atendam, se possível, as **propostas já em curso** nos municípios envolvidos, e
 - que tratem **dimensões distintas** da vida urbana, como:
 - a) Físico-Territorial (equipamentos de consumo coletivo, projetos de urbanização de áreas prioritárias, entre outros);
 - b) Ambiental (recuperação ou preservação);
 - c) Social (capacitação de pessoas, tratamento de situações de alto risco, equipamentos culturais e de lazer etc);
 - d) Econômica (apoio ao setor produtivo e infra-estrutura).
- i. Os investimentos prioritários e suas fontes.
- j. O modelo de gestão para: a) acompanhamento e avaliação do Plano, em especial dos projetos prioritários escolhidos, b) para discussão dos conflitos mais relevantes que acompanharão o desenvolvimento futuro de Natal-Metrópole, e c) para estimular a elaboração de Planos e Projetos na escala municipal.
- k. A base de informações sobre a Metrópole e de Indicadores de Monitoramento, que será montada paralelamente à elaboração do plano e resultará num embrião de um futuro sistema de monitoramento do plano.

1.2.2.5 A Equipe Técnica do Plano

Coordenação geral:

Tânia Bacelar de Araújo, Maria do Livramento Miranda Clementino;

Consultores Especiais:

Jan Bitoun, Norma Lacerda Gonçalves;

Dimensão Sócio-Econômica:

Leonardo Guimarães Neto (Coordenador), Anita Lemos Dubeux, Jurema R. A. Monteiro Rosa, Osmil Torres Galindo, Paulo Ferraz Guimarães, Valdeci Monteiro dos Santos;

Dimensão Político-Institucional:

Francisco Sales Cartaxo Rolim (Coordenador), João Crisóstomo Grillo Salles;

Dimensão Físico-Territorial:

Pesquisadores:

Marcelo Bezerra de Melo Tinoco (Coordenador), Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha (Coordenador), Aldo da Fonseca Tinoco Filho, Alessandro Ferreira Cardoso da Silva, Enilson

Medeiros dos Santos, Flávio Henrique Miranda de Araújo Freire, Marcelo Bezerra de Melo Tinoco, Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha, Mariane Trindade Câmara, Miguel Dragomir Zanic Cuellar, Ricardo Farias do Amaral, Rita de Cássia da Conceição Gomes, Sérgio Antônio da Silva Almeida, Vanildo Pereira da Fonseca, Zoraide Souza Pessoa;

Pesquisadora Bolsista de Pós-Graduação:

Rosa Maria Rodrigues Lopes;

Pesquisadores Bolsistas de Graduação:

Amanda Kellen Silva de Medeiros, Thaís Elaine Quintanilha de Moraes, Joudson Medeiros de Oliveira, Maria Cristina Pereira Paiva;

Bolsistas de Apoio Técnico:

Francisco da Rocha Bezerra Júnior, Huda Andrade Silva de Lima, Janaína Maria da Conceição Silveira, Mônica Alves da Silva Viana, Rosana Silva de França, Rosiana Clélia Barbosa de Andrade Cirne.

1.2.3 Atividades Desenvolvidas no Plano Natal MetrÓpole 2020

A equipe técnica do Plano entregou três produtos: 1) Proposta de Elaboração do Plano; 2) Diagnóstico para o Plano Estratégico Natal – uma metrópole em formação; e 3) Cenário e Trajetória mais provável: análise do ambiente externo e cenários. Para a análise dos produtos, em específico dos dois últimos, foram criadas três Câmaras Técnicas: físico-territorial; sócio-econômica e político-institucional. Para apreciação e crítica dos diagnósticos referentes às dimensões Físico-Territorial, Sócio-Econômica e Político-Institucional, bem como para o encaminhamento de sugestões à Equipe Técnica, foram compostas três Câmaras Técnicas, ficando assim constituídas:

1) Câmara Técnica da Dimensão Físico-Territorial

Erly Bastos M. Segundo (Companhia Brasileira de Trens Urbanos)
Rosa de Fátima Soares de Souza (Conselho Nacional das Cidades)
Edgard Ramalho Dantas (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura)
Eudo Laranjeiras da Costa (Federação das Empresas de Transportes)
Hélio Gomes Soares (Gerência Regional do Patrimônio da União)
Josenita A.C.Dantas (Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio-ambiente)
Doyen C. Vasconcelos Bezerra (Secretaria de Estado da Infra-Estrutura)
Josemá de Azevedo (Secretaria de Estado dos Recursos Hídricos)
Enilce Dias Leão Barbalho (Universidade Potiguar)

2) Câmara Técnica da Dimensão Sócio-Econômica

Íon Garcia Mascarenhas de Andrade (Arquidiocese de Natal)
Enrico Fermi Torquato Fontes (Associação Brasileira da Indústria Hoteleira)
Albert Josué Neto (Caixa Econômica Federal)
Zacarias Anselmo da Silva (Central Única dos Trabalhadores)

Waldemir B. de Figueiredo (Conselho. Regional de Corretores de Imóveis)
Arnaldo Gaspar Júnior (Federação do Comércio)
István Imre László Árbocz (Federação das Indústrias do RN)
Klênio Alves Ribeiro (Secret. de Estado do Desenvolvimento Econômico)
Francisco Soares de Lima Júnior (Secretaria de Estado do Turismo)
José Aldemir Rodrigues (Univ. do Estado do Rio Grande do Norte)

3) Câmara Técnica da Dimensão Político-Institucional

Fernando W. Vargas da Silva (Assembléia Legislativa)
Christian Lira de Vasconcelos (G.T. da Região Metropolitana de Natal)
Caio Fábio Coutinho Madruga (Ordem dos Advogados do Brasil)
Epifânio Bezerra de Lima (Parlamento Comum da Região Metropolitana)
Lenita Dias Pereira (Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim)
Lizélia Maria de Souza (Prefeitura Municipal de Extremoz)
Pedro Galvão do Amaral Filho (Prefeitura Municipal de Macaíba)
Gustavo Alberto França da Silva (Prefeitura Municipal de Monte Alegre)
Glenda Dantas Ferreira (Prefeitura Municipal do Natal)
Solange Araújo Portela (Prefeitura Municipal de Nísia Floresta)
Walter Fernandes de Miranda Jr. (Prefeitura Municipal de Parnamirim)
Divaneide Ferreira de Souza (Prefeitura Municipal de S.G. do Amarante)
José Hilton Gurgel (Prefeitura Municipal de São José de Mipibu)
Ilza Araújo Leão de Andrade (Univ. Federal do Rio Grande do Norte)

1.3. Projeto África Viva

O Projeto África Viva teve início no ano de 2005 com sua fase de planejamento, sob a responsabilidade do Departamento de Projetos Especiais (DEPRO) da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEMPLA). Tem como área de intervenção a comunidade África, localizada no bairro da Redinha, região norte de Natal.

O Projeto é fruto de uma parceria entre o Ministério das Cidades, através dos Programas PAT PROSANEAR e HABITAR BRASIL-BID (HBB), e a Prefeitura Municipal do Natal. Está orçado no valor total de R\$ 10.035.409,04, beneficiando, direta e indiretamente, 11.497 habitantes.

O África Viva objetiva recuperar a referida comunidade em seus aspectos ambiental e urbano. Os problemas verificados na Comunidade África resultam de um processo de ocupação irregular de uma área ambientalmente frágil por parte de uma população de baixa renda. Em síntese o África Viva contempla os seguintes projetos executivos: abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo, sistema de drenagem, sistema viário, reassentamento de população e projetos complementares de equipamentos comunitários, paisagismo e iluminação pública.

A fase de planejamento do Projeto foi concluída com a realização do Seminário *Melhorias Urbanas e Requalificação Ambiental de Áreas Especiais de Interesse Social*, em abril de 2006, na Biblioteca Escolar e Centro Cultural Prof. Américo de Oliveira Costa no conjunto Santarém. O evento contemplou um momento solene em que uma representante da comunidade África recebeu das mãos do Prefeito Carlos Eduardo Nunes Alves todos os projetos executivos a serem

desenvolvidos, numa demonstração pública de comprometimento da administração municipal com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos natalenses.

O evento contou também com a presença de representantes do Ministério das Cidades, coordenadores dos Programas HBB e PAT PROSANEAR; técnicos dos governos estadual e municipal; técnicos de outras prefeituras, a exemplo do município de Extremoz (limítrofe a Natal), lideranças e moradores da Redinha, em especial os representantes da comunidade África.

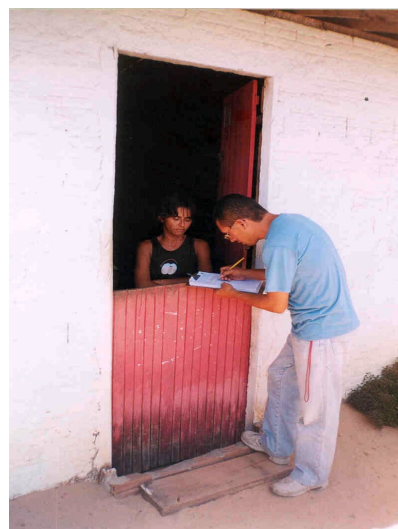
Em sua fase atual (de execução das obras), iniciada em 2006 sob a responsabilidade do Departamento de Habitação, da Secretaria Municipal de Obras e Viação (SEMOV), e dentro do escopo do Programa HBB, o projeto deu início à construção das primeiras unidades habitacionais. No âmbito do Programa PAT PROSANEAR, as obras ainda serão iniciadas. Para além das obras físicas, está sendo realizado um trabalho social junto à comunidade beneficiada com profissionais e estagiários da área de Pedagogia, Psicologia e Serviço Social com o objetivo de inserir os moradores locais no processo de melhoramento de seu lugar através da participação comunitária.

Sob a responsabilidade do DEPRO, esta fase atual foi iniciada com a I Oficina de Metodologia do Trabalho Social em Áreas Especiais de Interesse Social da Prefeitura do Natal, realizada em maio de 2006, no auditório da SEMOV. Esta oficina objetivou nivelar o conhecimento dos técnicos municipais e estagiários envolvidos na execução de projetos de requalificação urbana e ambiental da Prefeitura a respeito da metodologia de trabalho social requerida pelos programas financiadores, especialmente aqueles relacionados aos Projetos África Viva e Passo da Pátria. Foram discutidos temas como desenvolvimento sustentável, participação comunitária, metodologias de intervenção comunitária, dentre outros.

1.3.1. Atividades Desenvolvidas no Projeto África Viva em 2006

Além da Oficina, ao retratar a contribuição do DEPRO nesta fase de execução, realizaram-se também as seguintes atividades:

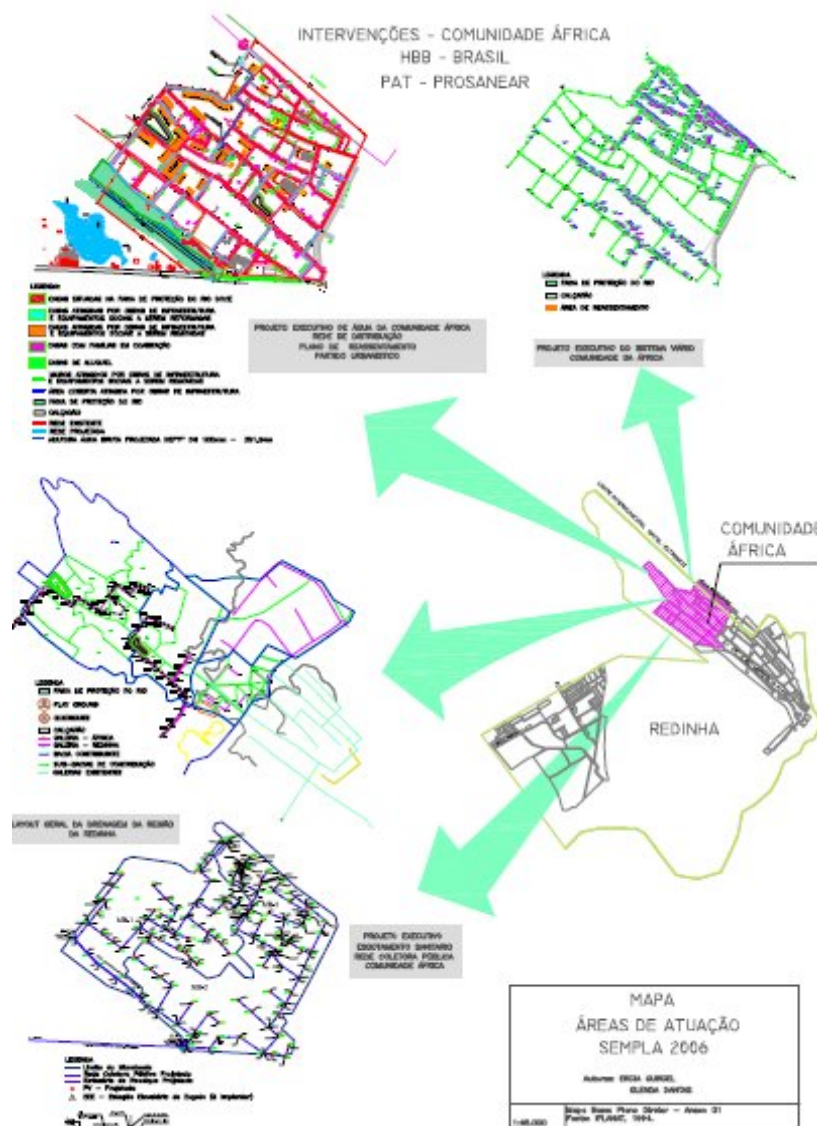
1. Conclusão do planejamento do Projeto África Viva, obtido após várias reuniões realizadas semanalmente pelos técnicos que compõem a UGP (Unidade de Gerenciamento do Projeto) local juntamente com técnicos de outras secretarias municipais e o representante da Consultoria;



2. Revisão dos relatórios do Projeto referentes ao Trabalho Social;

3. Emissão de parecer técnico dos relatórios do Projeto referentes ao Trabalho Social e demais Projetos Executivos junto a Caixa Econômica Federal.





1.4. Plano de Reabilitação da Ribeira

O Plano de Reabilitação da Ribeira é uma ação da Prefeitura e do Governo Federal, dentro do Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais do Ministério das Cidades, cuja finalidade é a formatação de planos e programas que definam as áreas que serão reabilitadas e o conjunto de ações, estratégias, meios e projetos de intervenções integradas nas áreas centrais necessários a requalificação dos espaços urbanos.

As ações a serem formatadas deverão promover e sustentar a diversidade funcional e social, a identidade cultural e a vitalidade econômica da Ribeira, bairro de grande valor histórico-cultural de nossa capital.

A elaboração do Plano envolveu uma série de atividades tais como coleta de dados sobre transporte, edificações, infra-estrutura de saneamento, famílias moradoras do bairro, instrumentos legais etc, conforme pode ser visto no Quadro 1.

Quadro 1 – Atividades integrantes do Plano de Reabilitação da Ribeira

Atividade	Status
Mapeamento dos grupos organizados da sociedade civil	Concluído
Elaboração do Projeto Técnico Social	Concluído
Levantamento de dados sobre a infra-estrutura do bairro	Concluído
Levantamento de dados sobre transporte no bairro	Concluído
Elaboração do diagnóstico socioeconômico	Concluído
Cadastramento de imóveis e famílias	Concluído
Elaboração das estratégias de reabilitação das edificações	Não Iniciada
Levantamento e revisão da legislação urbanística incidente	Iniciado
Análise de viabilidade do terminal intermodal	Não Iniciada
Oficinas de trabalho	Concluída parcialmente

1.4.1. Atividades Desenvolvidas no Plano de Reabilitação da Ribeira em 2006

Atividades desenvolvidas pelo DEG – Departamento de Geoinformações:

1. Acompanhamento administrativo da elaboração do Plano;
2. Coordenação técnica do grupo técnico executivo da Prefeitura responsável pelo acompanhamento dos trabalhos de elaboração do Plano;
3. Avaliação técnica dos produtos do Plano;
4. Organização e realização de três oficinas de trabalho;
5. Participação de reuniões de discussão sobre a Ribeira e/ou temas e empreendimentos relacionados;
6. Participação em cursos de capacitação sobre Áreas Centrais Urbanas.

Atividades desenvolvidas pelo DEPRO – Departamento de Projetos Especiais:

1. Elaboração do termo de referência do Projeto Técnico Social da Ribeira;
2. Reuniões de acompanhamento do Projeto Técnico Social da Ribeira;
3. Revisão do Projeto Técnico Social da Ribeira para emissão de parecer técnico.

1.5. Programa de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário (PRODEC)

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário (PRODEC) tem como principal objetivo estimular o desenvolvimento da organização e da participação comunitária, promovendo a integração dos conjuntos habitacionais financiados pela CAIXA ao espaço urbano da cidade onde estão inseridos. Deste modo, a Prefeitura do Natal e a CAIXA realizaram uma parceria para a execução das ações a serem desenvolvidas no âmbito do PRODEC no conjunto Parque dos Coqueiros, região norte da cidade.

A partir da pesquisa de demanda realizada junto aos moradores locais no início da fase de planejamento, sob a responsabilidade do DEPRO, uma equipe de técnicos da Prefeitura se reuniram para discutir a metodologia de implementação do Programa. Priorizou-se uma metodologia participativa em que a comunidade passaria a ser co-responsável pela forma como os recursos seriam aplicados. Foram realizadas reuniões com os moradores em que os

técnicos municipais apresentaram todo o histórico do Programa, as fontes de recursos e foi discutido em que os moradores gostariam de aplicá-los. As reuniões foram bastante participativas, apesar de terem demonstrado um nível de conflito assaz elevado entre os representantes das entidades de organização social existentes na comunidade.

Priorizou-se pela construção de um complexo esportivo e pela reforma do Conselho Comunitário do conjunto Parque dos Coqueiros, evidenciando um desejo da população de ter um espaço para a socialização dos jovens e adultos através do esporte e outro para aglutinar as organizações comunitárias existentes. Os projetos arquitetônicos de ambos os espaços estão em fase de estudos conclusivos. Para tanto, foram mobilizados técnicos especializados na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SEL) e na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB).

O Programa está sendo acompanhado em todas as suas etapas pelos representantes da comunidade, numa tentativa de consolidar um processo de intervenção pública transparente e democrática.

1.5.1. Atividades Desenvolvidas no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário em 2006

Foram realizados dois conjuntos de ações durante o ano de 2006 a serem retomados e desenvolvidos em 2007. São eles:

1. Reuniões de planejamento do PRODEC junto aos técnicos municipais e aos líderes comunitários;
2. Elaboração do Projeto Técnico de Trabalho Social do PRODEC;
3. Elaboração das propostas preliminares dos projetos arquitetônicos das obras previstas pelo Programa.

1.6. Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários para as Comunidades Leningrado, Fio e Alemão

O projeto para requalificar urbana e ambientalmente das comunidades Leningrado, Fio e Alemão foi elaborado a partir do compromisso público da Prefeitura do Natal em melhorar as condições de vida das populações que ocupam as áreas subnormais da cidade. Diante disso, foi enviada ao Ministério das Cidades, em março de 2006, uma proposta a ser financiada pelo Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários, com o objetivo de reassentar 580 famílias das referidas comunidades, oportunizando-lhes condições saudáveis de moradia e convivência.

Tal preocupação se dá pelo fato das comunidades Fio e Alemão se localizarem em área de risco, logo abaixo das linhas de alta tensão da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF). Já o assentamento Leningrado localiza-se em uma Zona de Proteção Ambiental (ZPA-4), que segundo definições do Plano Diretor de Natal a mesma não pode ser ocupada.

A proposta enviada ao Ministério das Cidades, orçada em R\$ 11.000.000,00, foi aprovada e encontra-se em fase de execução do Trabalho Social. A desocupação das áreas e o começo das obras ainda estão por serem realizadas. Foi realizado um diagnóstico sócio-

econômico das comunidades e um cadastramento das famílias a serem beneficiadas, que estão com a CAIXA, agente financiadora do Programa.

O DEPRO responsabilizou-se pela elaboração da proposta, estando a responsabilidade pela execução do programa junto ao Departamento de Habitação da SEMOV.



Fotos 1 e 2: Barracos de madeira construídos abaixo das torres de alta tensão (faixa de domínio da Chesf)



Fotos 3 e 4: Ruas sem drenagem e pavimentação sob a rede de transmissão da Chesf



Fotos 5 e 6: Ruas sem drenagem e pavimentação com habitações subnormais / faixa de domínio da Chesf.



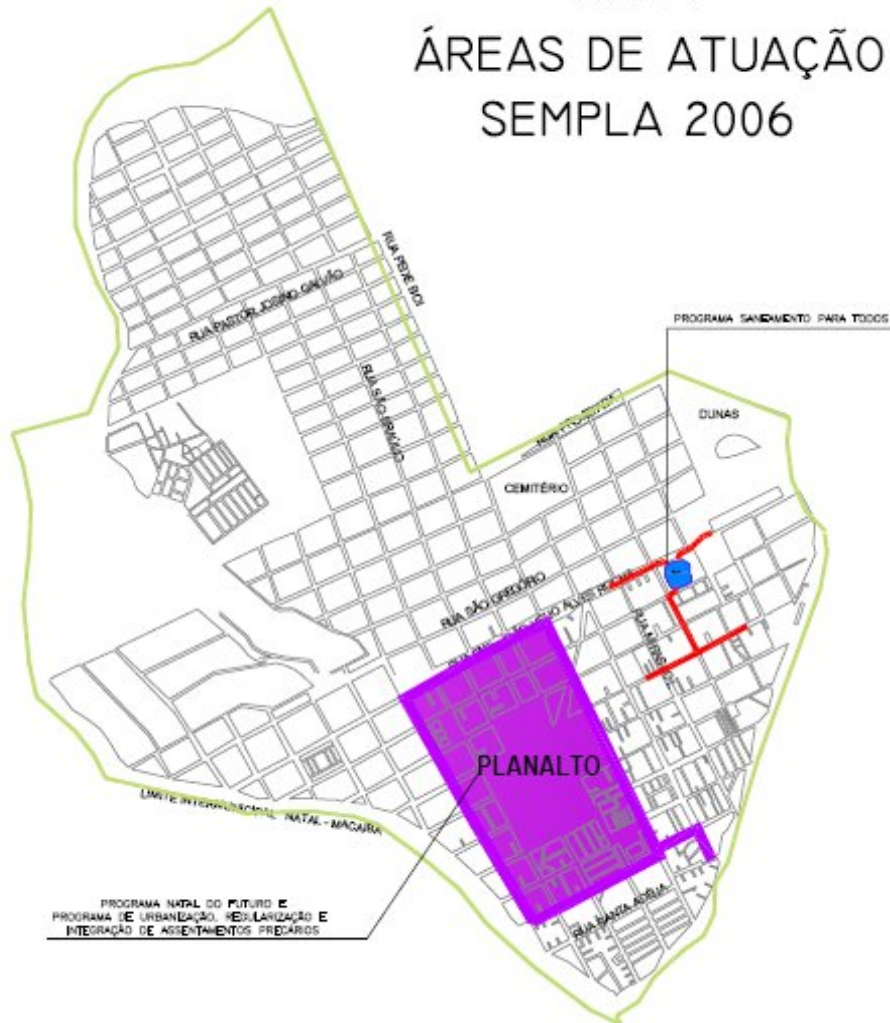
Fotos 7 e 8: Circo localizado a poucos metros das linhas de alta tensão da Chesf; casas de alvenaria na faixa de domínio da Chesf.

Assentamento Leningrado



Fotos 9 e 10: Habitações subnormais em Zona de Proteção Ambiental (4).

MAPA ÁREAS DE ATUAÇÃO SEMPLA 2006



b1.6.1. Atividades Desenvolvidas no Programa em 2006

1. Elaboração de Diagnóstico Preliminar;
2. Elaboração do Termo de Referência da área social;
3. Elaboração do Projeto de Participação Comunitária.

1.7. Gestão junto ao Governo Federal para viabilizar recursos

1. Programa Saneamento para Todos

1.1. Manejo de Águas Pluviais - Bairro Planalto

O Planalto, está localizado na Zona Oeste da Cidade de Natal, é oriundo de um grande loteamento, que foi implantado desprovido de qualquer infra-estrutura de drenagem, pavimentação, esgoto e com graves problemas de drenagem urbana, que se agravaram na medida em que se intensificou o processo de ocupação. Já existem no bairro algumas ruas pavimentadas e drenadas, no entanto as soluções foram dadas para resolver problemas localizados sem que houvesse um estudo do bairro como um todo, até porque a região é composta de micro bacias isoladas por grandes depressões, sendo que para se ter uma solução integrada de drenagem seria necessário superar grandes desníveis. Ademais, a origem por sedimentos eólicos e a grande capacidade de infiltração do solo conferem uma singularidade a topografia local.

Na deposição dos sedimentos formaram-se grandes depressões, sem que houvesse necessidade de escoamento superficial das águas e conseqüentemente a formação de talwegues naturais. Isso se explica pelo fato de ser a capacidade de infiltração do solo maior que a intensidade das precipitações. Dessa forma, toda a água precipitada era drenada por infiltração, sem necessidade de formação de drenos superficiais.

Verificou-se então a formação de bacias cujas as águas drenavam originalmente exclusivamente por infiltração direta no solo nas zonas de depressão formando assim as bacias sem exutórios. A área encontra-se em fase de acelerado processo de adensamento por uma população notadamente de baixa renda, com edificações horizontais e bastante área verde, as quadras são bem definidas com ruas largas interligando todo o loteamento.

A área de intervenção é quase que totalmente desprovida de qualquer infra-estrutura sendo necessários investimentos na área de drenagem, pavimentação e urbanização. Propõe-se, no projeto, a implantação de um sistema de drenagem e pavimentação que solucione os problemas de acúmulo de água nas ruas possibilitando o acesso do transporte coletivo, a coleta regular do lixo e os demais serviços essenciais. A princípio o projeto apresenta soluções de drenagem e pavimentação apenas para as ruas João Hélio, Mirassol, Paracati e Rainha do Mar que compõe um anel viário a ser implantado, mas as galerias e a lagoa de acumulação e infiltração já estão dimensionadas para receber as águas de toda a bacia na medida em que as demais ruas forem sendo pavimentadas com o adensamento do bairro.

Na elaboração do projeto de drenagem e pavimentação, levou-se em consideração as condições particulares da área estuda, tais como, tipo de ocupação, tipo de solo e topografia.

Quanto à ocupação verifica-se um arruamento bem definido, com ruas largas e edificações residenciais de baixa renda caracterizando uma ocupação horizontal com

bastante área verde nos quintais; quanto ao tipo de solo, constatamos ser o mesmo de origem arenosa, com grande poder de absorção, o que facilita a infiltração da água no solo e quanto à topografia, temos um terreno com perfil ondulado formando grandes depressões com pequenas bacias fechadas, dificultando assim as soluções de drenagem.

Com o processo de ocupação os problemas de drenagem foram se agravando, pois para permitir o tráfego de veículos as ruas foram impermeabilizadas com piçarro impedindo a infiltração da água no solo formando assim, durante o período das grandes chuvas, verdadeiras lagoas nos pontos mais baixos, dificultando assim o tráfego.

Para solucionar o problema propomos aqui a implantação de um sistema de galeria principal em tubos de concreto nas ruas Paracati e João Hélio dimensionadas para receber as águas da microdrenagem de toda a bacia a medida que for se intensificando o processo de ocupação, esta dimensionado também uma lagoa de acumulação e infiltração localizada em terreno existente na rua João Hélio para receber as águas de toda a bacia de contribuição para um período de recorrência de 50 (cinquenta) anos. Com a implantação do sistema de drenagem será possível a pavimentação das ruas melhorando assim as condições de tráfego.

LISTAGEM DE RUAS

Nº	NOME DA RUA	PAVIMENT.	MEIO FIO	DRENAGEM
01	RUA JOÃO HÉLIO ALVES DA ROCHA	13.972,00 m ²	2.382,00 m	600,00
02	RUA MIRASSOL	5.300,00 m ²	1.224,00 m	240,00
03	RUA PARACATI	16.255,00 m ²	3.217,50 m	698,50
04	RUA RAINHA DO MAR	5.389,00 m ²	1.242,00 m	636,00
	T O T A I S	40.916,00 m²	8.065,50 m	2.174,50 m

Custo da Intervenção: R\$ 4.958.197,02.

1.2. Esgotamento Sanitário

Caracterização do Problema

A ineficiente e baixa cobertura dos serviços de coleta e tratamento dos esgotos vem afetando sobremaneira, a qualidade da água explotada em um significativo número de poços subterrâneos, bem como também modifica a qualidade dos recursos hídricos superficiais, aumentando a demanda sobre os serviços municipal e estadual de saúde.

O principal problema enfrentado é a contaminação do aquífero subterrâneo por nitrato, citado anteriormente, sendo que a qualidade das águas dos poços, atualmente explorados pela Companhia de Água e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN), em quase 50% dos casos não atenderiam às exigências da legislação, se o problema, não fosse corrigido através do processo de diluição com as águas da lagoa do Jiqui e/ou dos poços não contaminados. As concentrações de nitrato alcançam, em mais de 40% dos casos, valores superiores ao limite admissível, com tendências de crescimento.

Também o lançamento de águas servidas em galerias de águas pluviais, seja através de ligações clandestinas aos sistemas de drenagem urbana, ou na forma de escoamento

superficial a desaguar nos sistemas coletores denominados por “bocas-de-lobo”, tem transformado os sistemas de drenagem de águas pluviais existentes na cidade, em esgotos, que ou deságuam nas lagoas de drenagem, se infiltrando no solo e contaminando os lençóis subterrâneos ou nos rios da cidade, degradando esses cursos d’água, bem como em algumas praias da região, afetando a sua balneabilidade.

Objeto da Intervenção

O Programa promoverá melhorias no sistema de esgotamento sanitário da Bacia BN na Zona Norte. Destinando-se, portanto, à promoção de ações com vistas ao aumento da cobertura do sistema de esgotamento sanitário ou da capacidade de tratamento e destinação final adequados de efluentes.

Foi solicitado recursos para aquisição de materiais e equipamentos, execução de obras e serviços, execução de obras complementares vinculadas à segurança do empreendimento. Quando o indicador de perdas do Prestador dos Serviços de Abastecimento da Água for acima de 30% os empreendimentos nesta modalidade só poderão ser financiados quando acompanhadas de execução de programa de desenvolvimento institucional destinado à redução de perdas de água, motivo pelo qual impôs a obrigatoriedade do Município incluir a solicitação de Desenvolvimento Institucional.

Na realidade, como as perdas físicas no sistema superam 50%, no Município do Natal, o Desenvolvimento institucional, obrigatório para perdas acima de 30%, destina-se à promoção de ações articuladas visando o aumento da eficiência dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, por meio da promoção de melhorias operacionais, incluindo reabilitação e recuperação de sistemas existentes e de outras ações de redução de custos e perdas.

Os itens para os quais se pleiteou os recursos foram: aquisição de materiais e de equipamentos e execução de obras e serviços como vistas à implantação, ampliação ou melhoria de: i) planejamento e controle operacional; ii) macromedição e pitometria; iii) micromedição; iv) padronização e automação de unidades operacionais; v) aumento da eficiência no consumo de energia; vi) cadastro técnico; vii) sistema integrado de prestação de serviços e atendimento ao público; viii) gestão comercial, inclusive cadastro de consumidores e sistema de faturamento e cobrança; e ix) instalações laboratoriais para atividades de controle da qualidade da água e de controle das características dos esgotos sanitários; aquisição de materiais e de equipamentos e execução de obras e serviços como vistas à: a) reabilitação de unidades operacionais; b) substituição de redes de água e de adutoras que apresentem freqüências críticas de manutenção e sejam fator relevante de elevação de perdas de água; e c) substituição de coletores de esgoto e tubulações de recalque de esgoto que apresentem freqüências críticas de manutenção. Com uma receita superior a noventa milhões de reais e perdas físicas próximas a 55%, uma redução para 30%, isto é de 25%, representaria uma economia, por ano, de 22,5 milhões de reais, isto para todo o município do Natal. Como a área objeto da intervenção do Desenvolvimento Institucional corresponde a uma população de 21.170 pessoas, 2,94% da população total, representaria um incremento de receita de seiscentos e sessenta e um mil, quinhentos e sessenta e dois reais (R\$ 661.562,00) por ano.

Custo da Intervenção - R\$ 13.083.768,44

2. Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários

2.1. Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários para as Comunidades Leningrado, Fio e Alemão

Este item já foi descrito anteriormente.

Custo da Intervenção - R\$ 11.095.520,00

2.2. Regularização Fundiária

Identificação do Objeto

Regularização do Partido Urbanístico dos seguintes conjuntos habitacionais, construídos na Região Administrativa Oeste e Norte:

Região/Bairro	Conjunto Habitacional	Número de Famílias Beneficiadas
Felipe Camarão	Conjunto Promorar I	249 famílias
	Conjunto Promorar II	Conjunto Promorar II
	Conjunto Promorar III	209 famílias
	Conjunto Morada Nova	361 famílias
	Conjuntos das Lavadeiras	104 famílias
Guarapes	Conjunto Guarapes	799 famílias
Bom Pastor	Conjunto Vila Nova	211 famílias
	Conjunto Promorar	119 famílias
Planalto	Conjunto Bela Vista	188 famílias
Pajuçara	João Paulo II	150 famílias
Redinha	Alto da Torre	146 famílias
	Raio do Sol	62 famílias
Lagoa Azul	Ressureição	120 famílias

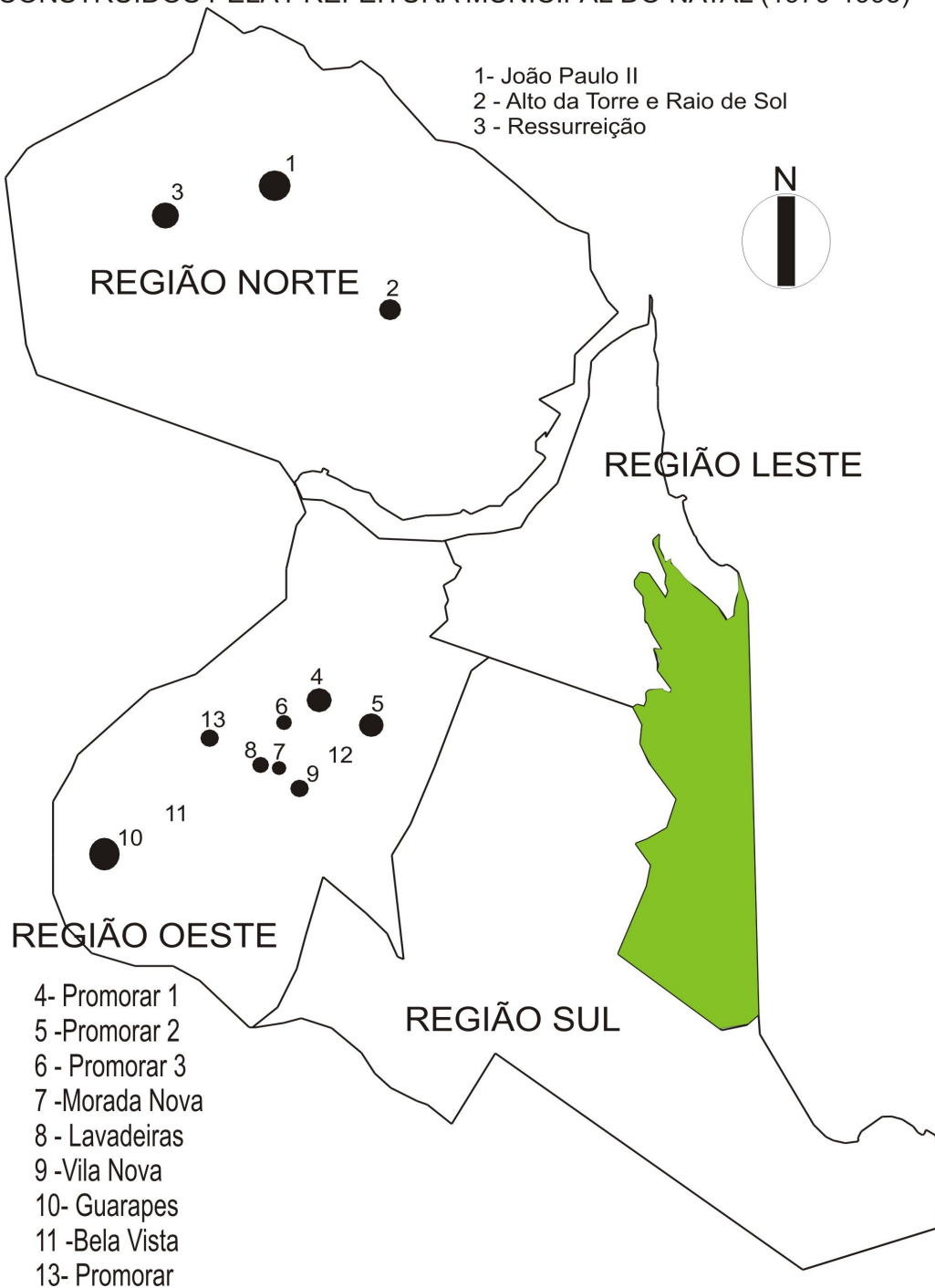
Descrição do Objeto

Regularização dos títulos de propriedade de 2.940 imóveis existentes em 13 (treze) conjuntos habitacionais construídos pelo poder público municipal. A regularização destes conjuntos pressupõe desde a regularização da titularidade das áreas do Município onde foram implantados que deve ser realizada perante os Cartórios de Registros competentes,

considerando que a maior parte das áreas foram desapropriadas mas não foram transferidas para a Prefeitura, passado pelo licenciamento urbanístico e ambiental do partido urbanístico, até a transferência da titularidade individual para as famílias.

O mapa abaixo ilustra a localização dos conjuntos habitacionais cuja população será beneficiada com a Regularização Fundiária.

**REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - CONJUNTOS HABITACIONAIS
CONSTRUÍDOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL (1979-1995)**



Custo da Intervenção - R\$ 360.441,90

3. Drenagem

3.1. Capim Macio

Identificação do Objeto

- Obras de Macro Drenagem para controle de enchentes compreendendo a execução de:
- Galerias de seção circular e retangular de concreto armado - 1.329,00m.
- Ampliação da Lagoa 2 de acumulação e infiltração de águas pluviais - 53.772,00m³.
- Pavimentação de vias - 34.488,00m².

Justificativa da Proposição

Para resolver o problema, propõe-se aqui, nesta primeira etapa de serviços a ampliação da lagoa 02 localizada na Rua Enico Monteiro que atende a bacia 02 do bairro de Capim Macio possibilitando a implementação da micro drenagem e conseqüentemente a pavimentação das ruas, esta lagoa, por sua vez estará interligada através de sistema já existente a lagoa já construída no Loteamento Marina Praia Sul onde será construída na segunda etapa da obra a estação elevatória com oito bombas, que através de uma adutora dupla de 400 mm conduzirá as águas para a lagoa de acumulação e infiltração localizada em terreno na Rua Praia de Muriú. O sistema também é composto de galeria de seção retangular que por gravidade conduzirá as águas da bacia "A" e "B" para a lagoa de acumulação e infiltração localizada em terreno na Rua Praia de Muriú.

Custo da Intervenção - 3.647.318,42



4. Programa Natal do Futuro

4.1. Drenagem nos loteamentos Jardim Primavera e Vale Dourado – Bairro de Nossa Senhora da Apresentação

Identificação do Objeto

Os alagamentos ocorridos no bairro de Nossa Senhora da Apresentação – loteamentos Jardim Primavera e Vale Dourado - no ano de 2005 mostraram, uma vez mais, a necessidade de ampliação do volume de investimentos para a implantação de sistemas de drenagem. Todavia, no caso da Cidade do Natal isso não é tão simples. Isso porque Natal

possui uma grande região interior sem drenagem natural, constituída de várias bacias de drenagens fechadas com fluxo radial que converge para depressões interiores, que se transformam em lagoas nos períodos de fortes precipitações. Essas características decorrem principalmente da natureza do relevo ondulado de formação dunar e das condições do litoral da Cidade que apresenta uma barreira natural ao escoamento superficial diretamente para mar, constituída pelo afloramento da formação Barreiras com cobertura de dunas que se transformam em falésias. Essas características de relevo fizeram, por sua vez, com que a drenagem de Natal apresentasse condições muito peculiares, originando grandes dificuldades para a implantação de sistemas eficientes de drenagem.

A maioria das soluções adotadas nos últimos anos envolve a construção de sistemas de drenagem isolados conectados a lagoas de acumulação e infiltração nos pontos mais baixos das bacias. A construção destas lagoas contribui para a recarga do aquífero, requerendo, entretanto, um grande espaço para absorção dos volumes escoados. Esse é o principal fator limitativo da solução adotada, tendo em vista que a disponibilidade atual é de pequenos terrenos para a construção das lagoas de acumulação. Para amenizar esse quadro, a Prefeitura do Natal vêm nos últimos anos sistematicamente instalando sistemas de bombeamento para transpor as águas das lagoas de acumulação para outras bacias. Em alguns casos, os resultados não têm sido satisfatórios, principalmente nos períodos de chuvas intensas, devido às grandes vazões geradas pelo escoamento superficial e aos elevados riscos de falha inerentes à operação e à manutenção de sistemas de bombeamento que são operados de forma intermitente e esporadicamente.

Descrição do Objeto

No caso dos loteamentos referidos acima, buscou como solução a implantação de 01 estação elevatória e de 01 emissário de recalque para a drenagem do Jardim Primavera e do Vale Dourado, cujo objetivo é a implantação do Conjunto Motor Bomba e do emissário para aduzir a água da lagoa de drenagem situada no Loteamento Jardim Progresso, que por sua vez também recebe contribuição da Lagoa do Jardim Primavera, até o Rio Golandim. Até 2005 a água era aduzida da lagoa de Drenagem do Loteamento Jardim Progresso até a Lagoa de tratamento de esgoto da CAERN (Lagoa de Maturação) do Distrito Industrial de Natal, sendo que à época o tratamento de esgoto das indústrias não estava em operação, o que significava que não poderia continuar recebendo a contribuição dessa vazão.

Com a obtenção dos recursos para implantação da estação elevatória e do emissário de recalque, foi desencadeado um processo maior e mais complexo de busca de recursos (estaduais, federais e internacionais) para a implantação de todo o sistema de drenagem da Comunidade Aliança (loteamentos Aliança, Primavera, Libanês, Alvorada, Icapuí, Planície das Mangueiras) e de parte do bairro de Lagoa Azul. O projeto prevê a interligação das lagoas das seguintes lagoas: Jardim Primavera – Aliança – Soledade – José Sarney – Sapo. Estas três últimas localizadas em Lagoa Azul. Para isto, torna-se necessário um elevado investimento na ampliação e melhoria da infra-estrutura urbana de drenagem e pavimentação, objetivando o não comprometimento do funcionamento e do crescimento da cidade, e que a questão ambiental possa ser integrada às soluções adotadas, propiciando desta forma uma melhor qualidade de vida para todos os seus moradores.

Tais recursos estão sendo pleiteados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) dentro do Programa Natal do Futuro – Componente Saneamento Urbano, o objetivo deste componente é *promover a requalificação ambiental através da*

implantação de infra-estrutura urbana, em especial as destinadas a mitigar os riscos ambientais.

Custo da Intervenção - R\$ 4.719.608,60

5. CONVÊNIO FUNASA

5.1. Projeto de Melhorias Sanitárias no Bairro de Nossa Senhora da Apresentação

O referido projeto foi formulado como uma necessidade de oferecer resposta ao conjunto de agravos de natureza sócio-sanitária e epidemiológica desencadeados no bairro de Nossa Senhora da Apresentação, tendo como micro-áreas de risco, as localidades de Vale Dourado e Jardim Primavera, afetadas com diversos problemas aqui elencados, justificando a necessidade de aglutinar recursos de cooperação técnico-financeira, garantindo o desenvolvimento de ações preventivas, educativas e assistenciais, com a finalidade precípua de reverter os atuais determinantes e condicionantes da saúde individual e coletiva daquelas comunidades, contribuindo para uma melhor qualidade de vida com resgate da dignidade e cidadania. As características sociais, sanitárias e epidemiológicas do bairro, em especial das localidades de Jardim Primavera e Vale Dourado, favorecem o surgimento das doenças de transmissão hídrica, dentre elas Dengue, Esquistossomose e Hepatite. Durante o período de intensa precipitação pluviométrica, destacando-se os meses de junho e julho, agravou-se o problema de alagamentos na área em questão, provocando inundação em cerca de **400 (quatrocentos) domicílios**, desalojando famílias e submetendo-as à precárias condições de vida e saúde, quando analisada a potabilidade da água de consumo humano, apresentando uma excessiva concentração de coliformes totais e fecais.



Considere-se também a proliferação de caramujos africanos na área, expondo a população a riscos iminentes de agravamento de seu quadro nosológico. Para maior compreensão da situação, segue anexo relatório fotográfico da área descrita. Diante de tal situação, configurou-se uma situação emergencial, caracterizada como calamidade pública,

apontando para a necessidade urgente de atuação intersetorial com parcerias entre organismos públicos que tenham por vista a reversão do cenário atualmente visualizado.

No bairro verifica-se, portanto, que as características sociais-sanitárias e epidemiológicas favorecem o surgimento das doenças de transmissão hídrica, conforme mostram as tabelas abaixo.

Tabela 1 - Notificações de Agravos à Saúde Relacionados aos Fatores Vinculados ao Meio Ambiente, no período de 2000 a 2005, no bairro de Nossa Senhora da Apresentação.

AGRAVOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005
DENGUE	560	1560	459	836	33	35
HEPATITE	41	99	36	31	15	37
ESQUISTOSSOMOSE	11	3	1	2	5	2

Fonte: SMS/SINAN

Tabela 2 - Quantitativo de caramujos coletados no bairro de Nossa Senhora da Apresentação no período de março a setembro de 2005.

MESES	QUANTIDADE COLETADA (Kg)
MARÇO	2,2
ABRIL	4,0
MAIO	3,2
JUNHO	0,1
JULHO	48,9
AGOSTO	19,2
SETEMBRO	21,5
TOTAL	99,1

Fonte: SMS/CCZ

O objetivo geral do projeto é oferecer melhoria às condições de vida e saúde da população exposta a fatores de risco provenientes da falta de saneamento básico nos domicílios do bairro Nossa Senhora da Apresentação. Os objetivos específicos são:

- Oferecer destino adequado aos dejetos;
- Prevenir doenças de veiculação hídrica;
- Reduzir a morbidade por agravos como diarreia, leptospirose, hepatite, helmintíase e gastroenterites;

- Assegurar condições de dignidade mínimas à população de baixo poder aquisitivo.

Como meta definiu-se a implantação de **400 (quatrocentas)** melhorias sanitárias domiciliares no bairro, em especial, nas localidades de Vale Dourado e Jardim Primavera.

Quanto à estratégia de operacionalização propõe-se uma ação articulada com a comunidade, através de seus organismos representativos, juntamente com os entes públicos responsáveis por ações de intervenção, tais como: Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Obras e Viação, Agência Reguladora de Saneamento Básico de Natal - ARSBAN, Fundação Nacional de Saúde – Núcleo RN, Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte, instituições de ensino e pesquisa, dentre outras entidades. Pretende-se com essa estratégia, uma atuação proativa dos diversos atores envolvidos, consubstanciando a sustentabilidade das ações e o adequado controle social. Vale salientar que para correção das distorções verificadas, tem-se enquanto iniciativa a execução das proposições constantes nos Planos Diretores de Abastecimento de Água, de Drenagem Urbana e de Saneamento Ambiental, com intervenções estruturantes do traçado urbano nas localidades denominadas, que tenham como escopo, investimentos duradouros e coerentes com as condições geomorfológicas, sanitárias, sociais e ambientais.



5.2. MATERNIDADE E PRONTO-ATENDIMENTO DO DISTRITO NORTE

5.2.1 OBJETIVO

Fortalecer a estrutura de atenção à saúde e ampliar o acesso às ações de natureza materno-infantil e de atendimento às urgências, em área de elevado contingente populacional, preocupantes condições de vida e baixa cobertura por serviços especializados, a partir da construção de um estabelecimento assistencial contendo uma Maternidade e uma Unidade de Saúde com Pronto Atendimento no Distrito Sanitário Norte do Município de Natal.

5.2.2 RESULTADO ESPERADO

Ter ampliado a oferta de serviços de saúde, em especial nas áreas materno-infantil e de atenção às urgências, a partir da instalação de 01 Maternidade contendo 01 (uma) unidade de Pronto-atendimento na Zona Norte de Natal, prevendo a cobertura assistencial de aproximadamente 300.000 pessoas.

O serviço possibilitará considerável contribuição à população local com vistas a :

- Qualificar e implementar a rede assistencial de urgência e emergência nesta área;
- Ampliar a cobertura assistencial e a acessibilidade aos serviços de obstetrícia no distrito;
- Garantir a constituição de um desenho de rede hierarquizada e resolutiva, visando a melhoria da atenção à saúde.

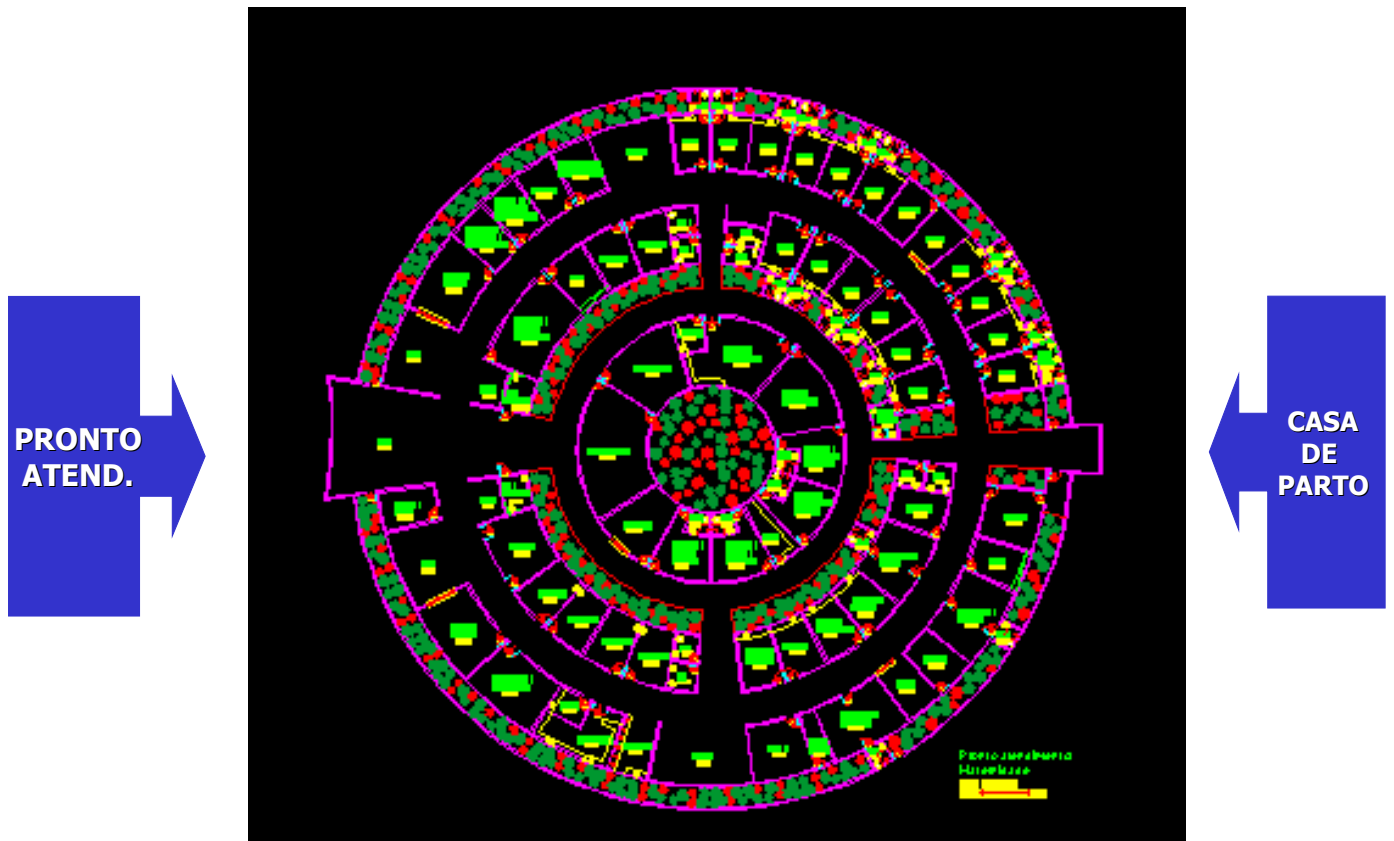
5.2.3 AÇÕES E ATIVIDADES

- Definido desenho de rede assistencial para cobertura da população do Distrito Norte, em conformidade com níveis hierárquicos da atenção, a partir da atenção básica (unidades de saúde da família) e serviços especializados (policlínicas e outras unidades).
- Realizado concurso público para recrutamento e seleção de recursos humanos para atuação na rede de serviços.
- Desenvolvido plano de capacitação de recursos humanos nas áreas específicas.
- Adequação da estrutura de funcionamento do serviço em consonância com o Plano de Estadual de Regionalização (NOAS SUS 01/02) e com as prerrogativas do SAMU Metropolitano.
- Desenvolvimento de projeto de construção e equipamento da unidade assistencial.

5.2.4 METAS

Estruturar 01 (um) serviço assistencial de saúde, com dupla natureza, sendo 01 Pronto-atendimento com capacidade de cobertura para aproximadamente 150.000 pessoas, conforme preconiza a Portaria GM/MS n.º 2048/2002, associando na mesma instalação predial, 01 (uma) Maternidade, com capacidade para 16 leitos (inclusive parto humanizado)

e 01 (um) centro cirúrgico, atuando de acordo com as prerrogativas do Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento – PHPN.



Custo da Intervenção: 2.813.000,00

2. Orçamento Participativo



O Orçamento Participativo (OP) é um processo de democracia participativa no qual a Prefeitura Municipal do Natal compartilha com a população a responsabilidade pela definição de suas ações prioritárias, através da realização de discussões abertas aos e com os cidadãos para definir a distribuição de recursos públicos municipais de acordo com as demandas elencadas pela população.

2.1 Implantação do Orçamento Participativo e resultado das Plenárias

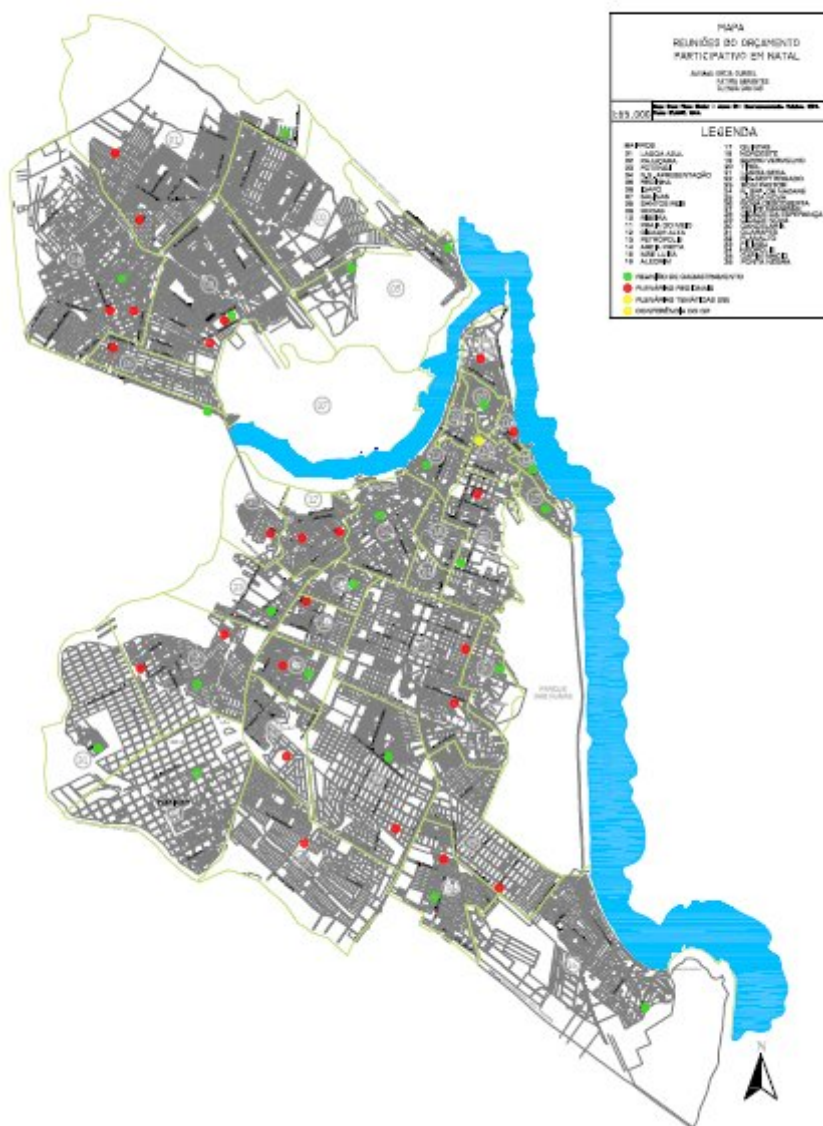
Em 2006, a Prefeitura do Natal implantou o Orçamento Participativo na compreensão de que o mesmo se trata de um instrumento central no exercício da cidadania, bem como um espaço de interlocução entre o governo municipal e a população que permite discutir os rumos da cidade de forma conjunta, construindo assim uma Natal mais democrática e popular. A implantação do Orçamento Participativo em Natal apresentou os seguintes dados:



- 4.000 pessoas se cadastraram para participar das Plenárias do Orçamento Participativo, na firme intenção de serem protagonistas da construção de um novo modelo de gestão pública;
- Foram realizadas 43 reuniões de mobilização, abrangendo todas as regiões administrativas da cidade e, em seguida, promoveu-se sete Plenárias Regionais e seis Plenárias Temáticas. As primeiras elegeram os temas prioritários para cada região e as segundas constituíram-se em espaço de debate sobre temas que são de interesse de toda a cidade, como: Saúde, Educação, Urbanismo, Transporte, Assistência Social, Cultura, Esporte e Lazer. As Plenárias Temáticas firmaram-se enquanto uma rica oportunidade da Prefeitura prestar contas à população das atividades que já estão sendo realizadas desde 2005 e de apresentar as ações que estão em desenvolvimento e projetadas para 2006.

Para efeito de organização do OP, os bairros de Natal foram agrupados em sete regiões relativamente homogêneas: Região I (Igapó, Lagoa Azul e Nossa Senhora da Apresentação), Região II (Pajuçara, Potengi, Redinha e Salinas), Região III (Areia Preta, Cidade Alta, Mãe Luíza, Praia do Meio, Ribeira, Rocas e Santos Reis), Região IV (Alecrim, Bom Pastor, Dix-Sept Rosado, Lagoa Seca, Nazaré, Nordeste e Quintas), Região V (Candelária, Capim Macio, Barro Vermelho, Lagoa Nova, Nova Descoberta, Petrópolis, Tirol), Região VI (Cidade da Esperança, Cidade Nova, Felipe Camarão, Guarapes e Planalto) e Região VII (Neópolis, Pitimbu e Ponta Negra).

O mapa abaixo ilustra os locais onde as reuniões de cadastramento e as plenárias do OP foram realizadas.



Durante a realização das Plenárias Regionais, os participantes das sete Regiões do OP escolheram, entre nove temas, os três mais prioritários para ações. Na escolha observou-se que os temas Saneamento Ambiental e Saúde foram escolhidos em seis das sete Regiões do OP. Ambos apresentam o clamor de uma cidade que cresceu muito e de forma desordenada, acumulando problemas relacionados com a infra-estrutura e o bem-estar da população e que, atualmente, exigem um considerável volume de recursos financeiros para serem bem tratados. O Quadro 2 mostra os temas escolhidos por Região do OP.

Quadro 2. Temas escolhidos segundo as Regiões do Orçamento Participativo

Temas	Região I	Região II	Região III	Região IV	Região V	Região VI	Região VII
A Saneamento Ambiental	X	X	X	X	X		X
Saúde	X	X	X	X		X	X
Assistência Social	X		X			X	
Urbanismo		X			X		
Educação				X		X	X
Transporte					X		



No final de junho de 2006, foram realizadas 37 Plenárias Intermediárias para decidir quais as obras prioritárias em cada um dos três temas eleitos nas sete Regiões do OP. Após escolhidas as obras, a Prefeitura analisou a viabilidade de sua execução e decidiu atender prioritariamente àquelas que receberam um número maior de votos, privilegiando assim o critério da participação, que vai ao encontro ao desejo da atual administração de fortalecer a cidadania. Das 109 obras e serviços votados, a Prefeitura do Natal atendeu 40, 26 foram

considerados tecnicamente inviáveis e 43 não foram atendidos por indisponibilidade de recursos. Destas últimas, a maioria são obras de drenagem e pavimentação, que tem um custo elevado.

Vale ressaltar que as obras e serviços na área de Educação e Saúde tiveram maior facilidade de atendimento porque estas duas pastas contam com os chamados “recursos carimbados”, o que permite melhor possibilidade de investimento. As reivindicações na área de Transporte e Urbanismo foram em menor número, possibilitando assim o atendimento. Em relação às obras de drenagem e pavimentação, o critério utilizado foi assumir as primeiras colocadas em cada região.

Durante a Conferência Municipal do Orçamento Participativo, que aconteceu em 07 de outubro de 2006, foi apresentado aos delegados eleitos nas Plenárias Regionais o resultado do trabalho desenvolvido no OP, incluindo-se as obras e serviços demandados nas Plenárias Intermediárias e que foram atendidas pela Prefeitura Municipal, além de outros investimentos que a Prefeitura do Natal planeja realizar em 2007.

Nos quadros abaixo se encontram as obras que foram solicitadas em cada Região do OP por ordem de prioridade, tema e resultado da análise de viabilidade.

Região I (Igapó, Lagoa Azul e Nossa Senhora da Apresentação)

Ordem de prioridade	Obra	Tema	Situação
1ª	Drenagem e pavimentação da Rua São José (entre o Conj da Prefeitura e o Assentamento Djalma Maranhão) – N. Sra. da Apresentação..	Saneamento Ambiental	Atendida
2ª	Construção de uma Unidade de Saúde no Assentamento Djalma Maranhão – N. Sra. da Apresentação.	Saúde	Tecnicamente inviável
3ª	Implantação de um Centro de Referência de Assistência Social – PAIF, que atenda às famílias do Assentamento Djalma Maranhão – N. Sra. da Apresentação.	Assistência Social	Tecnicamente inviável
4ª	Drenagem da bacia de captação do Loteamento José Sarney, localizada por trás do Colégio 15 de outubro – Lagoa Azul.	Saneamento Ambiental	Não atendida
5ª	Ampliação da Unidade de Saúde do Loteamento José Sarney, melhorando a qualidade do atendimento e aumentando a quantidade de médicos – Lagoa Azul.	Saúde	Atendida
6ª	Construção de um Centro de Referência da Assistência Social – PAIF, no Loteamento José Sarney – Lagoa Azul.	Assistência Social	Tecnicamente inviável
7ª	Drenagem e pavimentação da rua Vereador Sergio Dieb no Loteamento Esperança – Lagoa Azul .	Saneamento Ambiental	Não atendida
8ª	Drenagem e pavimentação da avenida João Mangabeira, no Loteamento Câmara Cascudo –	Saneamento Ambiental	Não atendida

	Lagoa Azul .		
9ª	Drenagem e pavimentação da rua Nestor Galhardo, em Parque dos Coqueiros – N. Sra. da Apresentação.	Saneamento Ambiental	Não atendida
10ª	Ampliação e melhoria do atendimento no Posto do Programa de Saúde da Família – PSF - do Loteamento Esperança – Lagoa Azul.	Saúde	Atendida
11ª	Transferência do Posto de Saúde do Loteamento Câmara Cascudo, que se encontra no Conjunto Nova Natal, para a própria comunidade, e a sua ampliação – Lagoa Azul.	Saúde	Tecnicamente inviável
12ª	Ampliação da Unidade do PSF (24 horas) do Parque dos Coqueiros, com atendimento de aplicação de injeções, nebulização, controle de batimentos cardíacos, entre outros – N. Sra. da Apresentação.	Saúde	Tecnicamente inviável
13ª	Apoio à regularização fundiária do Loteamento Esperança – Lagoa Azul.	Assistência Social	Atendida
14ª	Implantação de uma Casa de Ofício no bairro viabilizando espaço para produção e comercialização de artesanato – N. Sra. da Apresentação.	Assistência Social	Não atendida
15ª	Apoio à regularização fundiária do Loteamento Câmara Cascudo – Lagoa Azul.	Assistência Social	Atendida
16ª	Drenagem e pavimentação da Rua Serafim José Pinheiro de Souza, no Loteamento Nordelândia – Lagoa Azul.	Saneamento Ambiental	Não atendida
17ª	Implantação de Unidade do PSF em Nordelândia (construção de espaço apropriado na comunidade) – Lagoa Azul.	Saúde	Tecnicamente inviável
18ª	Implantação de um Centro de Referência em Assistência Social – PAIF, no Nordelândia – Lagoa Azul.	Assistência Social	Tecnicamente inviável
19ª	Construção de uma estação de tratamento de água para despoluir a Lagoa do Sapo, no Conjunto Eldorado – Lagoa Azul.	Saneamento Ambiental	Tecnicamente inviável
20ª	Drenagem e pavimentação da Rua Valdomiro Alcebiades, em Vale Dourado – N. Sra. da Apresentação.	Saneamento Ambiental	Não atendida
21ª	Ampliação da Unidade de Saúde do Gramoré com a oferta de serviços de baixa e média complexidade – Lagoa Azul.	Saúde	Atendida
22ª	Construção de uma Unidade de Saúde entre o Jardim Primavera e o Loteamento Aliança – N. Sra. da Apresentação.	Saúde	Atendida
23ª	Construção de uma creche-escola no Vale Dourado	Assistência	Tecnicamente

	– N. Sra. da Apresentação.	Social	inviável
24ª	Drenagem das águas que se acumulam nas imediações da Rua da Ciranda (próximo ao Centro de Idosos), entre o Conjunto Nova Natal e o Gramoré – Lagoa Azul.	Saneamento Ambiental	Não atendida
25ª	Construção de uma Unidade de Saúde no Nova Natal que contemple o PSF 1, aumentando o número de médicos – Lagoa Azul.	Saúde	Tecnicamente inviável
26ª	Implantação de um Núcleo do PETI no Conjunto Nova Natal, tendo-se em vista que as crianças deste Conjunto freqüentam o Núcleo do Gramoré e do Loteamento José Sarney – Lagoa Azul.	Assistência Social	Tecnicamente inviável
27ª	Construção de uma creche-escola no Conjunto Eldorado (terreno na Av. Tocantínea com as Ruas Barreiriinha e Itararé) – Lagoa Azul.	Assistência Social	Tecnicamente inviável
28ª	Apoio à regularização fundiária de 60 hectares de terra no Gramorezinho.	Assistência Social	Não atendida

Região II (Pajuçara, Potengi, Redinha e Salinas)

Ordem de prioridade	Obra	Tema	Situação
1º	Drenagem e pavimentação da Rua Beberibe, na Redinha.	Saneamento Ambiental	Atendida (O Projeto)
2º	Disponibilização de uma ambulância na Unidade de Saúde da Redinha.	Saúde	Tecnicamente inviável
3º	Drenagem e pavimentação da Rua da Gameleira, na Redinha.	Urbanismo	Atendida (O Projeto)
4º	Drenagem e pavimentação das Ruas Remador Clodoaldo Becker, Missão de Cristo, Shalom, Josivaldo Gomes, Tenente Souza, Pioneiros e Imigrantes, em Novo Horizonte – Pajuçara; e ruas Fernando Lima e Getsemani, no Loteamento Santa Cecília.	Saneamento Ambiental	Não atendida
5º	Ampliar e melhorar o atendimento no Centro de Saúde do Pajuçara e na Unidade de Saúde do Parque das Dunas I, aumentando a oferta de serviços médicos (consultas e exames) e remédios.	Saúde	Atendida
6º	Melhoria da drenagem da Lagoa de Captação da Rua Laureano Gomes até a Lagoa do Panatis I.	Saneamento Ambiental	Não atendida
7º	Drenagem e pavimentação da Rua Jorge Varela Santiago, no Loteamento Algimar.	Saneamento Ambiental	Não atendida
8º	Construção de uma Unidade do PSF no Conjunto Soledade I.	Saúde	Tecnicamente inviável
9º	Construção de uma Unidade de Saúde na Av.	Saúde	Em processo

	Moema Tinoco da Cunha Lima, no Pajuçara. (A comunidade sugere que seja utilizado o prédio da Escola Municipal Francisca de Oliveira que será desativada).		
10º	Construção de uma praça no Conjunto Panatis II, na Rua José Lira (terreno baldio).	Urbanismo	Atendida
11º	Melhoria do atendimento nas Unidades de Saúde no Parque das Dunas I, Conjunto Vista Verde e Pajuçara. Implantação do setor de fisioterapia na Unidade do Pajuçara.	Saúde	Atendida
12º	Pavimentação da Rua da Garoupinha e Rua da Trilha (Parque das Dunas V e VI); da Rua da Moréia e Carapeba (Parque das Dunas II e I); da Rua Camurupim (Parque das Dunas III); da Rua Desportista João Alfredo (Conj. Vila Verde II).	Urbanismo	Não atendida
13º	Drenagem e pavimentação das ruas das Prímulas, dos Lírios e Poeta Manoel Cândido, no Conjunto Jardim das Flores.	Saneamento Ambiental	Não atendida
14º	Construção de uma Unidade de Saúde, com implantação de equipe do PSF, que atenda: Residencial Redinha, Loteamento Parque Floresta, Jardim das Flores, Conjunto Niterói e Jardim Floresta.	Saúde	Não atendida
15º	Drenagem e pavimentação das Ruas Rio Salgado (complementação) – Conjunto Niterói, e ruas da Floresta, Rio da Prata e José Inácio Dantas.	Urbanismo	Não atendida

Região III (Areia Preta, Cidade Alta, Mãe Luíza, Praia do Meio, Ribeira, Rocas e Santos Reis)

Ordem de prioridade	Obra	Tema	Situação
1ª	Inclusão de Mãe Luíza no Programa de Coleta Seletiva.	Saneamento Ambiental	Atendida
2ª	Promoção (construção e/ou aquisição) de 80 unidades habitacionais para atender às ocupações no Parque das Dunas.	Assistência Social	Não Atendida
3ª	Ampliação da Unidade de Saúde de Mãe Luíza, realizando uma reforma geral: construção de centro de convivência, rampas, atendimento odontológico, cobertura externa para acolher pacientes, estacionamento.	Saúde	Atendida
4ª	Construção e recuperação do sistema de galerias pluviais dos bairros de Santos Reis e Rocas <u>por etapas</u> , abrangendo as Ruas Vietnam, Otoniel	Saneamento Ambiental	Não Atendida

	Menezes, Bela Vista, da Estrela, Areia Branca, Francisco Bivaldo, Cauby Barroca, Pastor Clinaco, Bueno Asa, General Glicério, Ferro Cardoso, Teotônio Freire, Pereira Simões e São Francisco.		
5ª	Implantação de uma Casa de Ofício que atenda inclusive as crianças do PETI de Rocas e Santos Reis.	Assistência Social	Não Atendida
6ª	Informatização da Unidade de Saúde das Rocas e Santos Reis, para controle e distribuição de consultas médicas.	Saúde	Atendida
7ª	Drenagem da Rua Vereador João Soares de Araújo (necessidade de canaletas para combater a erosão) – Areia Preta.	Saneamento Ambiental	Não Atendida
8ª	Apoio à regularização fundiária em áreas de interesse social em Areia Preta.	Assistência Social	Não Atendida
9ª	Implementação de uma Unidade do PSF em Areia Preta.	Saúde	Atendida
10ª	Drenagem da área que fica no entorno do Teatro Alberto Maranhão, priorizando a Rua General Glicério – Ribeira.	Saneamento Ambiental	Não Atendida
11ª	Implementação de uma Unidade de Saúde na Cidade Alta.	Saúde	Tecnicamente Inviável
12ª	Ampliação do atendimento em creche e pré-escola da Região III.	Assistência Social	Tecnicamente Inviável
13ª	Construção de unidades habitacionais para a população que habita as imediações do mangue – Rocas.	Assistência Social	Não Atendida

Região IV (Alecrim, Bom Pastor, Dix-Sept Rosado, Lagoa Seca, Nazaré, Nordeste e Quintas)

Ordem de prioridade	Obra	Tema	Situação
1ª	Ampliação do Posto de Saúde do Bairro Nordeste para uma Unidade Mista de Saúde, dispoñdo de ambulância e atendimento de qualidade.	Saúde	Tecnicamente Inviável
2ª	Ampliação do atendimento no Posto de Saúde do Bom Pastor, com ênfase nas equipes completas do PSF.	Saúde	Atendida
3ª	Construção de um Centro de Educação Infantil no Bairro Nordeste.	Educação	Tecnicamente Inviável
4ª	Construção de uma Unidade de Atendimento à	Educação	Tecnicamente

	Educação Infantil em espaço da Escola Estadual Jean Mermoz ou Escola Estadual Maria Ilka de Moura – Bom Pastor.		Inviável
5ª	Drenagem da Rua Luís XV – Bairro Nordeste.	Saneamento Ambiental	Tecnicamente Inviável
6ª	Drenagem da Rua Presidente Castelo Branco – Bom Pastor.	Saneamento Ambiental	Não Atendida
7ª	Reativação e reforma da Maternidade das Quintas.	Saúde	Atendida
8ª	Construção de um Centro de Educação Infantil em Novo Horizonte – Quintas.	Educação	Atendida
9ª	Drenagem e pavimentação das ruas Santa Helena, Guanabara e Upanema, em Novo Horizonte – Quintas.	Saneamento Ambiental	Não Atendida
10ª	Ampliação do atendimento nos Postos de Saúde de Lagoa Seca, Dix-Sept Rosado e Nazaré (aumentar o número de profissionais).	Saúde	Atendida
11ª	Promoção do desporto e da cultura nas Escolas Municipais Prof Zuza e Juvenal Lamartine.	Educação	Atendida
12ª	Drenagem da Lagoa São Conrado.	Saneamento Ambiental	Não atendida
13ª	Reativação do Posto de Saúde da Avenida 4, priorizando várias especialidade médicas – Alecrim.	Saúde	Atendida
14ª	Aquisição de um imóvel para a construção de um Centro de Educação Infantil no Alecrim.	Educação	Não Atendida
15ª	Drenagem do trecho da Rua Presidente Gonçalves com a Presidente Bandeira.	Saneamento Ambiental	Não Atendida

Região V (Candelária, Capim Macio, Lagoa Nova, Tirol, Petrópolis, Barro Vermelho e Nova Descoberta)

Ordem de prioridade	Obra	Tema	Situação
1ª	Drenagem e pavimentação das Ruas Militão Chaves, Joaquim Correia, Aníbal Correia e um trecho da Avenida do Sol – Candelária. Drenagem das ruas Frei Henrique de Coimbra, Bento Gonçalves, Ataulfo Alves – Candelária.	Saneamento Ambiental	Atendida
2ª	Drenagem e pavimentação da Rua Amintas Barros, no trecho que fica entre a Av. Rui Barbosa e a Rua Coronel Auris Coelho – Nova Descoberta.	Saneamento Ambiental	Não Atendida
3ª	Recuperação de abrigos na Rua Branca Dunas –	Transporte	Atendida

	Candelária.		
4ª	Iluminação, arborização e acerto geométrico da Rua Norton Chaves – Nova Descoberta.	Urbanismo e Transporte	Atendida
5ª	<p>Construção de abrigos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rua Djalma Maranhão: 1º em frente ao Hotel Chapéu de Couro; 2º em frente à Vila Felipe; 3º proximidade da esquina com a Rua Laércio Fernandes. • Rua Norton Chaves com a Rua Pe. Germano (4º) <p>Rua da Saudade: 5º em frente à Farmácia Santa Fé; 6º nas proximidades da esquina com a Escola 21 de Março. Nova Descoberta</p>	Transporte	Atendida
6ª	Manutenção (limpeza) da lagoa de captação existente na rua Eulensis Magnus Lopes Cardoso – Lagoa Nova.	Saneamento Ambiental	Não Atendida
7ª	Construção e paisagismo de uma praça no entorno da lagoa de captação existente na rua Eulensis Magnus Lopes Cardoso – Lagoa Nova.	Urbanismo	Atendida
8ª	Construção de praça entre a Rua Joaquim Correia e Avenida do Sol (próximo à Rádio Cidade) – Candelária.	Urbanismo	Não Atendida
9ª	Urbanização da Rua da Palha (Comunidade Menino Jesus) – Candelária.	Urbanismo	Atendida
10ª	Drenagem pluvial da Av. Afonso Pena e adjacências – Petrópolis.	Saneamento Ambiental	Não Atendida
11ª	Restauração do Parque Ney Miranda Marinho (Canal do Baldo), incluindo pista de cooper/caminhada, equipamento de diversão infantil, calçada ao longo da margem do canal, garantindo acessibilidade aos portadores de deficiência física - Tirol	Urbanismo	Não Atendida
12ª	Construção de abrigos nas Ruas Jaguarari, Olinto Meira, Alexandrino de Alencar e Romualdo Galvão - Barro Vermelho	Transporte	Atendida

Região VI (Cidade da Esperança, Cidade Nova, Felipe Camarão, Planalto e Guarapes)

Ordem de prioridade	Obra	Tema	Situação
1ª	Implementar o atendimento em Ginecologia e Pediatria na Unidade de Saúde do Planalto.	Saúde	Atendida
2ª	Construção de 100 unidades habitacionais no Planalto.	Assistência Social	Não Atendida

3ª	Ampliação do atendimento na Escola Municipal Emanuel Bezerra, no Planalto, inclusive com a implementação de um Laboratório de Informática.	Educação	Tecnicamente Inviável
4ª	Implantação de Pediatria na Unidade Mista e Básica em Felipe Camarão.	Saúde	Atendida
5ª	Ampliação do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, em Felipe Camarão, oferecendo mais cursos.	Assistência Social	Não Atendida
6ª	Construção de uma escola em Felipe Camarão.	Educação	Tecnicamente Inviável
7ª	Construção de uma Unidade Mista de Saúde no Planalto.	Saúde	Não Atendida
8ª	Implementar o atendimento em Ginecologia e Pediatria na Unidade de Saúde de Cidade Nova.	Saúde	Tecnicamente Inviável
9ª	Construção de residências para as famílias da favela Alagamar no Planalto.	Assistência Social	Não Atendida
10ª	Construção de 100 unidades habitacionais para famílias de Cidade Nova.	Assistência Social	Não Atendida
11ª	Reforma e ampliação da Escola Municipal Luís Maranhão, em Cidade Nova.	Educação	Atendida
12ª	Manutenção da Unidade de Saúde da Cidade da Esperança, garantindo um atendimento de qualidade.	Saúde	Atendida
13ª	Implementação de uma Casa de Ofício na Cidade da Esperança.	Assistência Social	Não Atendida
14ª	Construção de um Centro de Educação Infantil na Cidade da Esperança, com atendimento em creche e pré-escola.	Educação	Não Atendida
15ª	Ampliação da Unidade de Saúde do Guarapes, com atendimento de pronto-socorro 24 horas.	Saúde	Atendida
16ª	Ampliação da estrutura da Creche Municipal Cléia Bezerra, no Guarapes, com a implementação do berçário.	Assistência Social	Tecnicamente Inviável
17ª	Implementar uma escola de tempo integral no Guarapes.	Educação	Atendida

Região VII (Neópolis, Pitimbu e Ponta Negra)

Ordem de prioridade	Obra / Serviço	Tema	Situação
1ª	Drenagem e pavimentação da Rua Serrana (Conjunto Pirangi – III Etapa).	Saneamento Ambiental	Atendida
2ª	Implementação de atendimento 24 horas na	Saúde	Tecnicamente

	Unidade de Saúde do Conjunto Pirangi.		Inviável
3ª	Implantação de um Centro de Educação Infantil na Escola Municipal Arnaldo Monteiro no Conjunto Pirangi.	Educação	Tecnicamente Inviável
4ª	Drenagem e pavimentação das ruas das Marianas, Vista Verde, São Gonçalo, São Pedro, Pedro Dulcina, Manoel Lelé, Rio Grande do Norte, dos Corais, Vila do Mar, Antonio P. Macedo, Afonso Magalhães, Morro Branco, Antonio Lourenço, Boas Novas, Escala do Morro, Por do Sol, Santa Maria, Adauto Barbosa, Santa Rita, Santo Euzébio, Severino Galvão e Sebastião Medeiros - Ponta Negra.	Saneamento Ambiental	Não Atendida
5ª	Expansão do Programa Saúde da Família - Ponta Negra.	Saúde	Atendida
6ª	Ampliação da Escola Municipal São José, na Rua Manoel Coringa, em Ponta Negra.	Educação	Atendida
7ª	Implantação de lagoa de captação na Rua Xavantes – Pitimbu.	Saneamento Ambiental	Não Atendida
8ª	Ampliação do quadro de médicos da Unidade Mista Paulo Bernardino.	Saúde	Atendida
9ª	Manutenção da Escola Municipal Otto de Brito Guerra.	Educação	Atendida

2.2. Avaliação do OP pelos Delegados

Em outubro de 2006 a organização do OP realizou uma pesquisa com o objetivo principal de avaliar o grau de satisfação dos Delegados em relação à implantação do Orçamento Participativo no município. Os principais resultados da pesquisa foram:

1. Organização das reuniões:

78% dos Delegados acharam as reuniões bem organizadas, 18% classificaram como regular, apenas 1% achou mal organizadas e 3% não responderam;

2. Divulgação do Orçamento Participativo:

63% dos Delegados acharam a divulgação boa ou ótima, 31% classificaram como regular, 5% acharam ruim e 1% não respondeu;

3. Quanto ao atendimento da Prefeitura em relação às reivindicações:

59% dos Delegados acharam o atendimento às reivindicações bom e ótimo, 31% classificaram como regular, 7% acharam ruim e 3% não responderam;

4. Quanto á proposta do Orçamento Participativo:

91% dos Delegados classificaram como boa e ótima, 7% acharam regular, 1% disse ser insignificante e 1% não respondeu.

3. Gerenciamento do Sistema de Informática

O Departamento de Informática (DI) tem como principais responsabilidades o gerenciamento de toda a estrutura de informática da SEMPLA, bem como a organização, manutenção e controle da Rede de Comunicação de Dados e das páginas da Intranet e Internet da Prefeitura Municipal do Natal.

3.1 Atividades Desenvolvidas no ano de 2006

1. Reformulação do site da Prefeitura;
2. Criação do portal de compras;
3. Criação de um Sistema de Acompanhamento, *on line*, da Execução Orçamentária e Financeira Municipal para os parlamentares;
4. Diminuição do tempo de resposta e participação das definições de solução de Tecnologia da Informação (TI) junto aos órgãos da PMN;
5. Atendimento às solicitações dos órgãos da PMN (SEMURB, SEMAD, STTU, SMDC, GAVIPRE, SEMSUR, SECOM, ARSBAN, SME, SMS);
6. Realização de licitação para aquisição de equipamentos para o parque de informática da PMN;
7. Treinamento para elaboração de portal com novas tecnologias;
8. Elaboração da Proposta de Acompanhamento de Projetos em parceria com o Departamento de Projetos Especiais da SEMPLA.

4. Geoinformação

Em 2006 o Departamento de Geoinformação (DEG) da SEMPLA teve duas atribuições principais: a coordenação dos trabalhos de elaboração do Plano de Reabilitação da Ribeira e a coordenação dos projetos da SEMPLA no âmbito do PNAFM - Programa Nacional de Apoio a Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros.

O PNAFM trata-se de um Programa do Governo Federal, capitaneado pelo Ministério da Fazenda, que conta com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos objetivos específicos são, dentre outros:

- Elevação do nível de financiamento do gasto público municipal com receita própria;
- Economicidade da administração pública municipal;
- Disponibilidade para os cidadãos dos serviços públicos municipais;
- Avaliação e revisão das ações do poder público que levem em conta a opinião da população;
- Participação da população no planejamento e definição do orçamento e do plano de investimento.

Dentro da versão local do PNAFM, são projetos da SEMPLA: o Sistema de Informações Geográficas corporativo; o desenvolvimento de novos sistemas computacionais; a construção das instalações físicas da secretaria; aquisição de softwares e equipamentos e capacitação de servidores, entre outros.

4.1 Atividades desenvolvidas em 2006

Plano de Reabilitação da Ribeira:

Citadas no item **Planejamento e Desenvolvimento Econômico**.

PNAFM:

1. Coordenação da equipe de trabalho da SEMPLA no PNAFM;
2. Articulação, elaboração e celebração de convênio com o Governo do Estado visando à cooperação técnica para fiscalização dos trabalhos de elaboração da base cartográfica de Natal, cessão e manutenção da base;
3. Apoio à comissão de fiscalização dos trabalhos de elaboração da base cartográfica de Natal;
4. Elaboração dos termos de referência para contratação de empresa visando a realização dos serviços de mapeamento complementar, cadastro técnico e desenvolvimento e implantação de sistema de informações geográficas corporativo;
5. Levantamento de requisitos e acompanhamento da elaboração do projeto do prédio da SEMPLA;

6. Coordenação da equipe da SEMPLA responsável pela elaboração das especificações para contratação dos serviços de revisão da legislação orçamentária e financeira, e dos procedimentos e normas para estas áreas.

Outras atividades:

1. Digitalização das plantas contendo as zonas fiscais da cidade do Natal;
2. Redefinição dos limites das zonas fiscais da cidade;
3. Consolidação do cadastro de logradouros da cidade (em parceria com técnicos da SEMUT e SEMURB);
4. Apoio a outros departamentos e setores, tanto da SEMPLA como de outras secretarias municipais, no que se refere a mapa, cartografia e imagens da cidade.

5. Estudos e Pesquisas

Durante o ano de 2006 o Departamento de Estudos e Pesquisas desenvolveu vários trabalhos, sendo os mais relevantes: “**Déficit Habitacional de Natal – um mapeamento por bairro**” e “**Ranking dos Setores Censitários de Natal**”. O primeiro teve como objetivo principal calcular o déficit habitacional por bairro e região administrativa do município de Natal, dando ênfase às carências habitacionais por incremento de estoque: Domicílios Improvisados e a Coabitação Familiar, composta por Famílias Conviventes e Cômodos. E a principal meta do segundo foi classificar os 540 setores censitários do município de acordo com um índice denominado Índice de Qualidade de Vida, composto de indicadores educacionais, demográficos e habitacionais.

5.1 Atividades desenvolvidas em 2006

- 1) Estudo para determinar as características da população residente por setor censitário dos bairros Planalto, Felipe Camarão, Lagoa Azul, Capim Macio e Nossa Senhora da Apresentação para servir de subsídio na elaboração do Projeto Natal do Futuro;
- 2) Elaboração de um questionário para cadastrar os participantes das plenárias do Orçamento Participativo visando posteriormente a formação de um arquivo de dados que possibilite traçar o perfil do participante do OP;
- 3) Elaboração do relatório sobre a cidade do Natal para compor o Projeto Programa de Saneamento para Todos;
- 4) Estudo “**Déficit Habitacional de Natal – um mapeamento por bairro**”, cujo objetivo principal foi calcular o déficit habitacional por bairro e região administrativa do município (matéria publicada no jornal Diário de Natal em maio/2006);
- 5) Estudo “**Ranking dos Setores Censitários de Natal**”, cujo objetivo principal foi classificar os 540 setores censitários do município de acordo com um índice denominado Índice de Qualidade de Vida;
- 6) Elaboração de estudo através do resultado da pesquisa junto aos Cartórios 3º, 6º e 7º Ofício de Notas e aos arquivos da SEMUT e SEMURB para identificar os proprietários e as condições de obtenção dos imóveis da área *non aedificandi* de Ponta Negra;
- 7) Reforma e atualização da pasta de Estatística e Informações do site da Prefeitura;
- 8) Levantamento das estatísticas dos setores censitários que compõem as Regiões 1, 2, 3 e 4 do bairro de Nossa Senhora da Apresentação com o objetivo de justificar a priorização e hierarquização das áreas de intervenção do Programa Natal do Futuro, dentro do componente Melhoria de Bairro.

Atividades para outras Secretarias:

1. Estudo da fórmula para determinar o número de unidades residenciais por terreno para o Plano Diretor de Natal – Solicitante: SEMURB;

2. Elaboração de questionário para pesquisa do valor dos imóveis localizados nos arredores da área de intervenção do bairro de Nossa Senhora da Apresentação.

6. Desenvolvimento Institucional

Várias ações foram desenvolvidas pela SEMPLA na perspectiva de dotar a administração municipal de elementos compatíveis com o desenvolvimento institucional e a democratização da gestão. Destacam-se dentre estas a elaboração da minuta do Projeto de Lei de criação do Conselho da Cidade e o funcionamento regular dos conselhos municipais sob sua responsabilidade, descritos a seguir:

6.1 COMPLAM – Conselho Municipal de Planejamento e Meio Ambiente

O regimento da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças – SEMPLA, define como sua competência prestar apoio técnico e administrativo ao Conselho Municipal de Planejamento e Meio Ambiente – CONPLAM.

No Código do Meio Ambiente – Lei N° 4.100/92, de 19 de junho de 1992, o COMPLAM é reconhecido como órgão superior do Sistema Municipal de Controle e Preservação do Meio Ambiente, competindo-lhe, dentre outras atribuições: encaminhar proposições contendo minutas de atos de competência exclusiva do Prefeito do Município relativas à execução da Política Ambiental do Município; estabelecer normas gerais relativas às áreas de proteção ambiental, no limite da competência do Poder Público Municipal; e estabelecer os critérios de definição de áreas críticas, saturadas e em vias de saturação ambiental.

Atividades desenvolvidas no ano de 2006

No decorrer do ano de 2006 foram realizadas 10(dez) Reuniões Ordinárias, desde a 151ª, no dia 31 de janeiro, até a 160ª, no dia 27 de dezembro; foram realizadas também 13 Reuniões Extraordinárias, desde a 120ª, no dia 27 de fevereiro, até a 132ª, em 19 de outubro.

A realização das Reuniões foram eficazes e, de forma democrática, com a participação dos Conselheiros e Convidados, envolvendo o debate caloroso porém respeitoso, proporcionaram a tomada de decisões baseadas no diálogo produtivo e no respeito à legislação vigente, harmonizando o interesse individual e os interesses da coletividade.

◆ Reuniões Ordinárias

1. Reunião 151ª Ordinária, realizada dia 31 de janeiro de 2006, foi uma Ata Declaratória.
2. Reunião 152ª Ordinária, realizada dia 21 de fevereiro de 2006: apresentação do Fundo Único de Meio Ambiente de Natal – FUNAM, pela equipe do Setor de Educação Ambiental da SEMURB.
3. Reunião 153ª Ordinária, realizada dia 28 de março de 2006. Processos analisados:

- a) **Processo nº.23077.044516/2005-91** - Interessada: Secretaria Municipal de Educação. Assunto: Alvará de Construção da Escola Municipal Vereador José Sotero. Relator: WILSON LUIZ CARDOSO;
 - b) **Processo nº. 23077.0000942/2005-01** - Interessada: Secretaria Municipal de Educação. Assunto: Alvará / Legalização (Inclui característica e habite-se). Relator: KALAZANS LOUZÁ BEZERRA DA SILVA;
 - c) **Processo nº.23077.032506/2005-11** - Interessada: Empresa Cidade Verde Ltda. Assunto: Alvará de Construção. Relator: STÊNIO PETROVICH PEREIRA;
 - d) **Processo nº.23077.002727/2006-37** - Interessada: Empresa Capuche Satélite Incorporações Ltda. Assunto: Alvará de Construção. Relator: EMILSON MEDEIROS DOS SANTOS.
4. Reunião 154ª Ordinária, realizada dia 24 de março de 2006. Processos analisados:
- a) **Processo nº.23077.020376/2005-65** - Interessada: Empresa Industrial Avícola. Assunto: Alvará / Legalização (Inclui característica e habite-se). Relator: NÉIO LÚCIO ARCHANJO.
5. Reunião 155ª Ordinária, realizada dia 30 de maio de 2006, foi uma Ata Declaratória.
6. Reunião 156ª Ordinária, realizada dia 06 de julho de 2006. Processos analisados:
- a) **Processo nº. 23077.041224/2005-04** - Interessada: Empresa HAZBUN Ltda. Assunto: Alvará de Construção. Relator: WILSON LUÍZ CARDOSO
 - b) **Processo nº. 23077.020376/2005-65** - Interessada: Empresa Avícola Ltda. Assunto: Alvará de Construção. Relator: KALAZANS LOUZÁ BEZERRA DA SILVA, Co-relatores: EDGARD RAMALHO DANTAS e WILSON LUÍZ CARDOSO.
7. Reunião 157ª Ordinária, realizada dia 25 de julho de 2006. Discussão sobre a Posposta do Plano Diretor Participativo.
8. Reunião 158ª Ordinária, realizada dia 29 de agosto de 2006. Processos analisados:
- a) **Processo nº. 23077.015712/2006-39** - Interessada: Lojas Riachuelo. Assunto: Alvará de Construção. Relator: RONALD GURGEL
 - b) **Processo nº.23077.021645/2005-19** - Ampliação do Centro de Convenções. Relator: CLAYTON CÉSAR BARRETO
9. Reunião 159ª Ordinária, realizada dia 26 de setembro de 2006. Conclusão e Aprovação do **Plano Diretor Participativo da Cidade do Natal**.
10. Reunião 160ª Ordinária, realizada dia 26 de Dezembro de 2006. Leitura e aprovação do parecer do **Processo nº 23077.025917/2006-22**, que trata do relatório das atividades apoiadas pelo Fundo Único do Meio Ambiente em Natal – FUNAM.
- ♦ **Reuniões Extraordinárias**
1. Reunião 120ª Extraordinária realizada dia 27 de fevereiro de 2006. Apresentação do resultado da Conferência do Plano Diretor pela equipe técnica da SEMURB.

2. Reunião 121^a Extraordinária realizada dia 14 de março de 2006. Pauta: Continuação da discussão sobre o Fundo Único de Meio Ambiente de Natal – FUNAM, pela equipe do Setor de Educação Ambiental da SEMURB.
3. Reunião 122^a Extraordinária realizada dia 04 de abril de 2006. Continuação da Análise dos Processos da Reunião Ordinária 153^a.
4. Reunião 123^a Extraordinária realizada dia 16 de maio de 2006. Processo analisado: **Processo n.º. 23077.005942/2006-90** - Interessado: Hospital Infantil Varela Santiago. Relatores: FÁBIO RICARDO SILVA GÓIS e CLAYTON CÉSAR PEREIRA BARRETO.
5. Reunião 124^a Extraordinária realizada no dia 23 de maio de 2006. Aprovação da proposta de metodologia e calendário de reuniões a ser apresentado pelo grupo de trabalho de análise da **Revisão Plano Diretor Participativo de Natal**
6. Reunião 125^a Extraordinária realizada dia 18 de julho de 2006. Processo analisado: **Processo n.º. 23077.021645/2005-19** - Interessada: Secretaria do Estado de Turismo – SETUR. Relator: CLAYTON CÉSAR PEREIRA BARRETO.
7. Reunião 126^a até a 131^a Extraordinárias. Discussão e Aprovação **do Plano Diretor Participativo da Cidade do Natal**.
8. Reunião 132^a Extraordinária. Discussão sobre Zona Especial de Interesse Turístico – ZET - 1 – e a Área *Non Aedificandi*, ambos de Ponta Negra.

6.2 COMSAB – Conselho Municipal de Saneamento Básico

O Conselho Municipal de Saneamento Básico – COMSAB, instituído pela Lei n.º 5.285, de 25/06/2001, e regulamentado através do Decreto n.º 6.877, de 19/12/2001, cuja presidência é assumida pelo Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças, manteve com regularidade suas atividades em 2006.

6.2.1 Atividades desenvolvidas em 2006

No decorrer do ano de 2006 foram realizadas dez reuniões, sendo discutidos os seguintes temas:

- **42º Reunião** – 31/01/06 – Discussão e deliberação das tarifas de águas e esgotos (Processo n.º 00000007/2005 – COMSAB).
- **43º Reunião** – 21/02/06 – Análise e deliberação acerca do teor dos Ofícios n.º 1523/05-PR e 041/2006-PR da CAERN, que tratam respectivamente das garantias de eficiências do Sistema de Desinfecção por UV e das respostas às solicitações do COMSAB relativas a ETE central, para análise e pronunciamento pela respeitável Câmara Técnica.
- **44º Reunião** – 15/03/06 – Definição das diretrizes do COMSAB para o exercício de 2006.
- **45º Reunião** – 19/04/06 – Posse dos Conselheiros representantes do CREA/RN; apresentação do parecer técnico sobre a contaminação de poços, reservatórios e rede

de abastecimento por nitrato; discussão da Política Municipal de Saneamento Básico no contexto do “Programa Saneamento para todos” do Ministério das Cidades.

- **46º Reunião** – 24/05/06 – Discussão acerca das alternativas de tratamento e disposição final dos esgotos para os sistemas dos bairros de Capim Macio e Ponta Negra.
- **47º Reunião** – 21/06/06 – Posse dos novos Conselheiros representantes da SMS (titular e suplente), UFRN (titular e suplente), FECEB/RN (titular e suplente), UnP (titular e suplente), ABES/RN (titular e suplente), CAERN (titular e suplente), CMN (suplente), URBANA (titular).
- **48º Reunião** – 19/07/06 – Eleição do Vice-Presidente do COMSAB; Definição da nova composição das Câmaras Técnicas; discussão acerca da regulação dos serviços prestados pela CAERN e apresentação do balanço das diretrizes do COMSAB.
- **49º Reunião** – 16/08/06 – Eleição dos coordenadores e relatores das Câmaras Técnicas; apresentação do Plano Diretor de Drenagem de Natal e outros projetos pela SEMOV.
- **50º Reunião** - 18/10/06 – Discussão acerca do aditivo ao contrato de concessão com a CAERN; discussão acerca do processo de fiscalização das águas minerais e mineralizadas comercializadas em Natal.
- **51º Reunião** – 27/11/06 – Apresentação dos Projetos de Drenagem e Esgotamento Sanitário do bairro Nossa Senhora da Apresentação pela equipe técnica da SEMOV; discussão acerca do parecer da CTES sobre a Ação Popular contra a ETE Central.

No Quadro 3. encontra-se um resumo das ações e resultados da análise de impacto para os temas discutidos.

Quadro 3. Ações discutidas, situação e resultado da análise de impacto

Ações discutidas	Situação e resultado da análise de impacto
1. Definição de diretrizes gerais e específicas para 2006 Objetivos: Traçar metas e ações para 2006 e fazer o acompanhamento sistemático das mesmas.	
Discutir a Política Municipal de Saneamento Básico.	Em constante discussão nas reuniões, com ênfase ao Programa "Natal do Futuro".
Fiscalização do Contrato de Concessão.	Encaminhados expedientes de cobrança; em discussão na Comissão Especial do COMSAB o processo de normatização.
Acompanhar e cobrar o repasse da Cota de Regulação.	O COMSAB aprovou na reunião ordinária do dia 18/10/06, após várias manifestações contrárias à omissão da CAERN nesse sentido, moção de apoio à cobrança pela ARSBAN quanto à regularização das cotas em atraso, sendo concedido prazo até 25/12/06.
Acompanhar as discussões acerca do Plano Diretor Urbano de Natal	Participação ativa das discussões acerca do Plano Diretor Urbano, dando ênfase especial às questões relativas ao saneamento básico.

Sistema de informações sobre o Aterro Sanitário da Região Metropolitana de Natal, o Programa de Coleta Seletiva do Município do Natal e o Projeto Social dos Catadores.	Necessidade de aprofundamento nas discussões com a Urbana.
Acompanhar sistematicamente o desempenho financeiro da CAERN.	O acompanhamento é feito através da Contabilidade Regulatória implantada pela ARSBAN, que repassa as informações ao COMSAB, bem como através de ações como a imposição à CAERN de elaborar Plano de recuperação de contas a receber (resolução 001/06), a fim de aumentar a eficiência na arrecadação da Companhia.
Promover discussões sobre saneamento com a sociedade.	Junto com a ARSBAN, promoveu o Seminário de Hidrometração em Prédios de Natal em junho/2006.
Acompanhar o atendimento das disposições aprovadas na II Conferência Municipal de Saneamento Básico.	O COMSAB vem acompanhando as ações previstas na Conferência.
Iniciar estudos para a regulação dos resíduos sólidos.	A ARSBAN contratou em 2006 consultoria para estudar e avaliar o sistema de resíduos sólidos de Natal, que, ao ser concluído, será encaminhado ao COMSAB e discutido no âmbito da Câmara Técnica de Resíduos Sólidos-CTRS.
Acompanhar o Plano Diretor de Esgotamento Sanitário, principalmente relativo ao Sistema das Bacias EFK	Bacia EFK - Sistema parado pela ação judicial que questiona a posse de Carnaubinha; Sistema Ponta Negra e Capim Macio – O COMSAB analisou previamente as alternativas para o sistema, mas entendeu que é necessário estudo comparativo de custos, operacional e ambiental entre as alternativas de tratamento e disposição final dos esgotos; Sistema Central – Deliberação acerca da opção de tratamento para o sistema e acompanhamento da execução.
Acompanhar a elaboração dos Planos Diretores de Abastecimento de Água (PDA) e Drenagem Urbana (PDU).	PDA – O Conselho cobrou sistematicamente a CAERN a elaboração do PDA, sendo informado que foi elaborado o Termo de Referência para licitação, aguardando a finalização do edital e recurso; PDU – O Conselho cobrou sistematicamente a SEMOV a elaboração do PDU, sendo assinado em dezembro um contrato com o BID para o financiamento de obras de drenagem, incluindo o Plano Diretor.
Acompanhar os Termos de Ajustamento de Conduta da CAERN.	Acompanhamento junto ao Ministério Público.
Acompanhar o projeto de drenagem urbana e esgotamento sanitário de Capim Macio.	O Projeto de drenagem foi cobrado a SEMOV, devendo ser apresentado em 2007 aos conselheiros e o projeto de esgotamento foi anexado ao sistema de Ponta Negra. Está aguardando estudo comparativo de alternativas a ser entregue pela CAERN.
Alertar a SEMOV e a URBANA sobre a necessidade da permanente manutenção estrutural e limpezas das galerias pluviais do sistema de drenagem na cidade do Natal.	Ação oficializada e executada.
Acompanhar as ações desenvolvidas pela CAERN (construção da nova	Foram solicitadas informações e hoje se encontra em fase de conclusão.

estação elevatória de esgotos e ampliação do coletor-tronco da orla de Ponta Negra) que viabilizarão a implantação de novos grandes projetos imobiliários na área denominada Sub-Bacia 1.	
Acompanhar a execução dos projetos de esgotamento sanitário da Redinha e parte de Ponta Negra que serão financiadas pelo PRODETUR II.	Redinha – projeto da CAERN parado no Ministério do Turismo; Ponta Negra – em tramitação no COMSAB, aguardando a entrega dos estudos de alternativas.
Acompanhar a execução dos projetos de ampliação do sistema de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem dos bairros de Nossa Senhora da Apresentação e Planalto.	N. S. da Apresentação – Os projetos básico e executivo elaborados pela CAERN foram encaminhados a CEF e Ministério das Cidades, encontrando-se em tramitação. O projeto foi apresentado ao Conselho e está sendo discutido no âmbito da Câmara Técnica de Esgotamento; Planalto – Os projetos de esgotamento, abastecimento e drenagem foram habilitados pelo Ministério das Cidades, mas não houve priorização por parte da CAERN. Dessa forma, foram incluídos no Programa “Natal do Futuro”, aguardando formalização de convênio do BID com o Governo Federal (Programa Pró-cidades) e formalização de contrato com a Prefeitura. O projeto de drenagem foi apresentado ao COMSAB e encaminhado para a CTDA para análise.
Acompanhar o cumprimento pela CAERN da Lei Promulgada nº 0238/2006, publicada no Diário Oficial do Município em 22 de fevereiro de 2006, que trata da exigência para os novos condomínios verticais (edifícios) da adoção de medições individuais por unidade habitacional.	Participação no seminário que discutiu a hidrometração e hoje aguarda publicação do decreto de regulamentação.
Acompanhar a execução do Convênio nº 001/2006-SERHID que estabelece estratégias de manejo das águas subterrâneas da cidade do Natal.	Aguardando a implantação do banco de dados.
2. Expedientes diversos	
Solicitação do Programa de desenvolvimento institucional da CAERN. Objetivo: Conhecer a Companhia a fim de melhorar a sua eficiência.	Em estudo. Análise de impacto: Trazer melhorias à Concessionária.
Solicitação do processo de licenciamento do Empreendimento Buena Vista ao IDEMA. Objetivo: Verificar possíveis indícios de irregularidades.	Em processo de análise. Análise de impacto: Garantir a legalidade do empreendimento.
Solicitação da Licença de operação do aterro sanitário a BRASECO. Objetivo: Conhecer e verificar as	Em processo de análise.

condições da licença.	
Solicitação ao Prefeito para publicação de decreto. Objetivo: Ampliar a composição do COMSAB a fim de incluir a SEMOV e o CEFET.	Aguardando publicação. Análise de impacto: Ampliar as discussões com a inclusão da SEMOV principalmente.
Ofício a SEMOV informando que, a partir desta data, todos os planos, processos e projetos de drenagem urbana em implantação ou a serem implantados em Natal devem ser encaminhados ao COMSAB para apreciação, bem como encaminhado ofício à Caixa Econômica, BNDES e BNB, informando a necessidade do posicionamento do COMSAB nos processos e projetos de saneamento ambiental (drenagem urbana, esgotamento sanitário, abastecimento de água e resíduos sólidos) em Natal. Objetivo: Discutir e deliberar sobre os projetos de drenagem de Natal	Os projetos de drenagem de N.S. da Apresentação e Planalto foram encaminhados ao Conselho. Análise de impacto: Iniciar a cultura regulatória no setor de drenagem urbana.
Solicitação a Subcoordenadoria de Vigilância Sanitária - SUVISA e ao Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM de informação sobre a atividade de fiscalização das águas minerais e mineralizadas comercializadas em Natal. Objetivo: Conhecer o sistema de fiscalização e comercialização.	Apresentação do processo de fiscalização das águas minerais e mineralizadas comercializadas em Natal. Análise de impacto: Importante para conhecimento, dar sugestões e verificar as falhas do sistema.
3. Reajuste Tributário	
Análise e discussão do processo de reajuste tarifário solicitado pela CAERN. Objetivo: Manter o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia sem onerar em demasia os consumidores.	Aplicação do percentual de reajuste de 4,43% para as cotas básicas, o índice de 5,69% (IPCA) para a faixa de consumo de 11 a 15m ³ , e 13,79% para as demais faixas de consumo excedido, bem como a obrigação da CAERN na elaboração de Plano de Recuperação de Contas a Receber a mais de 90 dias. Análise de impacto: As ações foram de grande valia para as atividades de controle social.
4. Monitoramento da qualidade da água	
Apresentação do “Parecer Técnico sobre os estudos da situação sanitária na cidade do Natal, no período de 1850 até os dias atuais, com foco na concentração de nitrato no aquífero, nos reservatórios e na rede de distribuição” do Consultor da ARSBAN, sobre a contaminação de poços, reservatórios e	Encaminhado o parecer aos órgãos afins, principalmente à CAERN, para as providências necessárias à solução dos problemas detectados, bem como alertado o Governo do Estado sobre o problema. Análise de impacto: As ações foram de grande valia para as atividades de controle social e fiscalização da contaminação por nitrato.

rede de abastecimento por nitrato. Objetivo: Acompanhar a qualidade da água que abastece Natal.	
5. Projetos diversos de Esgotamento Sanitário	
Análise do estudo final e preliminar de avaliação da capacidade de suporte do Estuário do rio Potengi. Objetivo: Discutir e deliberar sobre os projetos de esgotamento sanitário de Natal.	Em processo de análise. Análise de impacto: Importante porque o rio é alternativa de deposição final dos esgotos para os vários sistemas.
6. Ação Popular Contra a ETE Central	
Análise da Ação Popular impetrada pelo Sr. Aldo Tinoco, a fim de subsidiar a PGM. Objetivo: Ajudar a Procuradoria Geral na defesa do Município.	Encaminhamento das atas e pareceres à PGM. Análise de impacto: Conscientização quanto ao papel do Conselho e suas decisões.

6.3 COMCIT – Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia

O COMCIT tem a seguinte composição: um Secretário Municipal de Planejamento e Gestão Estratégica e seu Presidente; 03 membros indicados pelo Poder Executivo Municipal; e 01 membro indicado pelas instituições: Câmara Municipal de Natal; Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN; Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN; Universidade Potiguar – UNP; Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte – CEFET; Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte – FIERN; Federação do Comércio do Rio Grande do Norte – FECOMERCIO; Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte – SEBRAE/RN; Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte – FAPERN; Fundação Norte-riograndense de Pesquisa e Cultura – FUNPEC e Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência – SBPC.

Após estar inativo durante o primeiro semestre de 2006, o COMCIT retomou suas atividades em reunião ocorrida em meados de agosto. Nesta, em consequência das discussões sobre a agenda de trabalho a ser desenvolvida, buscou identificar entre os problemas urbanos mais sentidos aqueles que exigem soluções técnicas, estabelecendo-se como prioridade desenvolver ações no sentido da construção de redes de pesquisa. Inicialmente foram definidas três redes – uma voltada para construção de instrumentos de gestão metropolitana, outra direcionada à construção de instrumentos de avaliação da execução de políticas públicas e uma terceira centrada na organização de um observatório da mobilidade urbana.

Ficou definido que as redes de pesquisa deveriam ser implantadas com a participação da UFRN, da UERN e da UNP, através de editais de qualificação a serem publicados oportunamente. Uma vez qualificada a instituição, os pesquisadores de áreas afins aos temas eleitos serão convocados a apresentar os seus projetos e trabalhos para serem submetidos a um processo de seleção. As despesas necessárias à estruturação das

redes seriam custeados com recursos alocados no orçamento municipal para o COMCIT, bem como em outros programas do Governo Federal.

O plano de trabalho aprovado prevê a realização de quatro seminários. O primeiro objetiva a disseminação da proposta de criação de redes de pesquisa. Os três outros serão específicos, focados na discussão dos temas eleitos, sendo, portanto, dirigidos aos pesquisadores de cada área.

Em função de uma série de dificuldades enfrentadas na dinâmica de funcionamento do Conselho, além de dificuldades externas, os encaminhamentos e providências somente foram possíveis para assegurar o início das atividades em 2007.

7. Participação em Eventos dos Membros dos Departamentos da SEMPLA

7.1 Publicação

Livro: **Natal Finanças Municipais**. Autor: Luiz Wilson Vilar Ramalho Cavalcanti – Chefe do Departamento de Planejamento Participativo da SEMPLA

7.2 Participação em Eventos

Departamento de Projetos Especiais – DEPRO

- ◆ Seminário “Melhorias Urbanas e Requalificação Ambiental de Áreas Especiais de Interesse Social”;
- ◆ Oficina de Metodologia do Trabalho em Áreas Especiais de Interesse Social da Prefeitura do Natal;
- ◆ Capacitação em Habitação e Saneamento do Ministério das Cidades;
- ◆ Encontro Técnico sobre Experiências em Políticas e Planejamento Habitacional.

Departamento de Geoinformação

- ◆ Participação da Unidade de Execução Municipal do PNAFM, como representante da SEMPLA;
- ◆ Participação no curso de especialização em Geoprocessamento e Cartografia Digital;
- ◆ Participação em eventos sobre as temáticas: cadastro técnico, geoprocessamento, gestão territorial.

Departamento de Informática

- ◆ Participação no evento IT CIO BRASIL GOV 2006 “Integrando os CIOS da Área Governamental”;
- ◆ Participação no Encontro Potiguar de Software Livre – EPSL 2006;
- ◆ Participação no Natal JAVA DAY.

Departamento de Estudos e Pesquisas

- ◆ Participação no Curso de Avaliação Continuada da Gestão – 19 e 20/10/2006;

- ◆ Participação no Curso Gestão do Território e Manejo Integrado das Águas Urbanas promovido pelo Ministério das Cidades em 7 e 8/12/2006;
- ◆ Participação no curso Indicadores Sociais e Demográficos promovido pelo Departamento de Estatística da UFRN em novembro de 2006.

Assessoria Técnica

- ◆ Capacitação em Habitação e Saneamento do Ministério das Cidades;
- ◆ Participação Seminário de Mobilização Inicial do Programa “Estratégia e Plano de Ação para a efetividade do desenvolvimento no Brasil”- PRODEV – Brasília (18 a 20 de setembro).
- ◆ Participação no Seminário de Avaliação de Riscos do Programa Natal do Futuro – Brasília (27 de setembro);
